



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 060

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 124ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE MAIO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Octogésimo aniversário do Dr. Mem de Sá.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Considerações sobre o projeto de reforma agrária.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Observações referente ao veto do Senhor Presidente da República, ao projeto de sua autoria, que cria o Estado do Tocantins.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Reparos ao discurso pronunciado pelo Sr. Siqueira Campos na presente sessão. Considerações sobre moção proposta pelo Pólo Sindical da FETAP do Sertão Central de Pernambuco, no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, referente a participação da mulher no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Observações ao discurso pronunciado pela Srª Cristina Tavares na presente sessão. Considerações referente ao projeto de lei que cria o Estado do Tocantins, constante em Ordem do Dia da presente sessão.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 1984-Complementar- (nº 1/83-Complementar, na origem), que cria o Estado do Tocantins e determina outras providências. **Discussão encerrada**, após usar da palavra o Sr. Siqueira Campos, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 1984, (nº 3.472/84, na origem), que fixa os valores de retribuição do Grupo-Atividades de Fiscalização de Combustíveis, do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 12 horas e 27 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 125ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE MAIO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO ARMANDO PINHEIRO — Manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Wilson Lupo.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.3 — Questão de ordem

Levantada pela Srª Cristina Tavares e acolhida pela Presidência, atinente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO.

3 — ATA DA 126ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE MAIO DE 1985

Sessão solene destinada a reverenciar a memória do Presidente Tancredo de Almeida Neves.

Ata da 124ª Sessão Conjunta, em 29 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — César Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alber-

to — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Murilo Badaró — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fra-

gelli — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wali Feraz — PMDB.

Ceará

Claudino Sales — PFL; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PFL; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli —

PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; José Thomaz Nonô — PFL.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PFL.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Gorgônio Neto — PDS; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Álvaro Valle — PFL; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruena — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PFL; Rubem Medina — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Pailis — PDS.

Minas Gerais

Abção Cunha — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Christóvam Chiaradia — PFL; Dário Tavares — PMDB; Emilio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo

Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Bacarini — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Sergio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novae — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achóa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceu Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Otávio Cesário — PDS; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Caílido Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Pedro Colin — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Florice-no Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mar-dini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osval-do Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratinê de Moraes — PDS; Ru-bens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sin-val Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clárek Platon — PDS; Geo-vani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusa o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 264 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comu-nicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccio-ni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressis-tas, ocupo esta tribuna, neste momento, para prestar uma homenagem especial a Mem de Sá, ao ensejo do transcurso, no dia nove de maio corrente, do octagésimo aniversário do ex-Ministro, do ex-Deputado e Senador dos mais brilhantes, combativo e destacado, Mem de Sá, político nascido no Rio Grande do Sul e que, ao largo de muitos anos de atividade fecunda em benefício do País, desempenhou os mais diversos cargos nos cenários esta-dual e nacional, merece a lembrança e as homenagens desta Casa do Congresso Nacional. Mem de Sá foi, de fato, Deputado Estadual em 1946, quando propôs a pri-meira emenda parlamentarista no Brasil; Senador pelo Rio Grande entre 1956 e 1970; Ministro de Estado e Pre-sidente do Tribunal de Contas da União.

No telegrama que a ele dirigiu, cumprimentando-o pelo aniversário, o Governador Jair Soares interpreta os sentimentos do povo gaúcho para com o seu ilustre con-terrâneo ao destacar "o caráter retilíneo, a cultura lumi-nosa e a inteligência do ilustre homem público do Rio Grande".

Aposentou-se em 1972, mas nem por isto deixou Mem de Sá de acompanhar, com atenção e lucidez, os aconte-

cimentos políticos, econômicos, sociais e culturais que se desenrolam no País, embora não goste de falar publica-mente sobre os fatos recentes de nossa História. No en-tanto, no dia de seu aniversário, numa homenagem à fi-gura do grande político brasileiro, ardoroso defensor da implantação do parlamentarismo no nosso País, o jornal **O Globo** do Rio de Janeiro publicou, com destaque, na primeira página de seu "Segundo Caderno", uma entre-vista sua concedida ao jornalista Bruno Cattoni. E o conceituado jornal **Zero Hora**, do Rio Grande do Sul, reproduziu parte da importante entrevista.

Mem de Sá nega essa entrevista, de "último liberta-dor" e "assume o papel que lhe é confiado pela História, o de ter sido o autor do Ato Institucional nº 2, na época em que exercia o cargo de Ministro da Justiça do Presi-dente Castello Branco".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, levando em conta a importância da manifestação do ex-Ministro Mem de Sá para **O Globo**, na qual define o que é um maragato, des-cobre o Partido Libertador como "uma seita cívica, do qual fui devoto a vida inteira", afirma que o "último líder foi o Marechal Castello Branco", declara que "eu e Cordeiro de Farias achávamos que o passado do Costa e Silva não era bom, mas Castello estava grato por ele ter impedido um golpe na Vila Militar contra a Revolução de 1964", permitindo-nos ler alguns trechos da citada en-trevista.

"Um grêmio, uma seita de devoção — primeira proposta parlamentarista:

— O que é ser um maragato?

— Ser um maragato é ser um homem dedicado completamente aos ideais. Um homem sem am-bições subalternas, com grande capacidade de ação e de luta. É isso.

— Existe algum movimento nos tempos de hoje que tenha a força do movimento dos maragatos?

— O maragatismo veio de Gaspar Silveira Mar-tins, que criou o Partido Federalista no começo da República. Em 1921, esse partido foi substituído pelo Partido Libertador. Na última eleição de Bor-ges de Medeiros, houve no Partido Republicano uma cisão. Uma grande parte não ficou fiel a ele; foi a corrente de Assis Brasil, que dirigiu o Partido Li-bertador até morrer, em 1940, quando foi substituí-do por Raul Pilla. Para ser do Partido Libertador não é preciso ser político. O PL não era só um grê-mio político, era também uma seita, tamanho o de-votamento dos companheiros aos princípios, à hombridade, à altivez, à abnegação e à honestidade.

— Os chumangos não tinham essas qualidades?

— Não, pois eram dominados pelo Júlio de Cas-tilhos, depois pelo Borges de Medeiros. Eram ho-mens que não tinham independência, habituados que estavam a obedecer e a submeter-se às determi-nações do Governo.

— No entanto, esses dois partidos fizeram aliança para eleger Getúlio Vargas Governador do Rio Grande do Sul...

— Sim, mas durou pouco. Em 29, o Partido Re-publicano e o Partido Libertador se uniram para fa-zer a Frente Única para a eleição de Getúlio Vargas. Em 32, o PL rompeu a aliança. A Revolução de 30 só pôde ser feita porque o PL deu apoio às idéias da oficialidade do Exército — os tenentes, com seu espírito de revolta.

— Getúlio Vargas não cumpriu o acordo?

— Exatamente, não cumpriu o que estava deter-minado, combinado e jurado. O PL abandonou a Frente, houve a Revolução de 32 e eu fui preso três vezes.

— Alguns historiadores dizem que Getúlio desa-gradou às chamadas oligarquias rurais. O Sr. con-corda com essa interpretação?

— No Rio Grande, Getúlio não agradou a nin-guém, só aos submissos. Mas eu nunca vi as oligar-quias contra ele, pelo contrário, ele sempre teve apoio das classes abonadas, das classes ricas.

— O Sr. foi o primeiro a propor o parlamentarismo no Brasil. Como aconteceu?

— A Constituinte de 46 da União era presiden-cialista. Mas os Estados precisaram fazer as suas constituintes e o Rio Grande votou a minha emenda parlamentarista, a única do Brasil, com o apoio do

PTB. Foi a primeira vez que encontrei o Sr. Leonel Brizola, que era estudante de engenharia. O PSD, no entanto, ocupava o Governo na pessoa de Wal-ter Jobim, que o PTB queria ver sem ação, e recor-reu ao Supremo alegando a inconstitucionalidade da emenda. O PL teve como advogado o João Man-gabeira, mas o Supremo considerou a emenda par-lamentarista inconstitucional. Hoje em dia são mui-to poucos os parlamentaristas. Eu citaria o Deputa-do Victor Faccioni e, acima de todos, o Prof. Afonso Arinos de Mello Franco, O Presidente José Sar-nei nunca foi parlamentarista e um regime desses, com ele, não daria certo. Em Jango, o parlamenta-rismo foi adotado como remendo e por isso não deu certo.

— Por que o Sr. apoiou os militares em 64?

— O Jango se deixou dominar pelos pelegos que eram líderes operários subversivos, infiltrados de cubanismo. Sou anticomunista. Mas o Brizola, que foi um dos homens que mais lutaram para a agi-tação que reinava, não era um comunista, era um inocente útil.

— Houve uma reunião em 1966 no Palácio do Planalto, da qual o Sr. participou, e que foi decisiva para a subida de Costa e Silva ao poder. Como foi essa reunião?

— Estavam presentes os Ministros Juraci Magalhães, Cordeiro de Farias, o Sr. Luís Vianna Filho, Chefe da Casa Civil, Ernesto Geisel, Chefe da Casa Militar, o General Golbery, Chefe do SNI, e eu. O Presidente nos convocou para debater a questão da sucessão. Havia diversos problemas, em torno do nome mais em foco, que era o de Costa e Silva, o Ju-raci se manifestou logo favorável, Cordeiro se decla-rou violentamente contra. Luís Vianna, Geisel e Golbery alegaram que convívio muito com Cas-tello Branco e a idéia deles seria tida como o pensa-mento do Presidente. Fiquei então do lado de Cor-deiro, dizendo que a candidatura Costa e Silva sig-nificava lançar a Revolução pela janela. Ele não era um homem de trabalho. E foi o que se viu. Uma série de tropeços, dentre eles a exagerada inter-venção estatal na economia. Prefiro não citar outros erros...

Este pois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o registro e a homenagem que pretendíamos fazer a essa figura de escolar, Mem de Sá, que tanto engrandeceu e engrandece a vida pública do meu Estado e do País e que tanto dignifi-cou o Parlamento Rio-grandense e o Parlamento Nacio-nal. Que Deus lhe dê ainda muitos anos de vida.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Tem a pala-vra o Sr. Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, a despeito de tantos anos já vencidos, ainda ressoam em nossas memórias aqueles movimentos frenéticos do peleguismo no prin-cípio da década de 60, valendo-se do beneplácito governa-mental para pregar uma política de reforma agrária na marra, na garra e na farra!

Não precisamos dizer que essa esdrúxula pretensão ruíu na base, levada de rebordão pelo triunfo da revo-lução em 1964.

Já naquela época, Sr. Presidente, sentia-se que o problema agrário apresentava sintomas visíveis de con-frontos em futuro não muito remoto. Percebendo isto, o então Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, logo no limiar do processo revolucionário, apressou-se em submeter ao Congresso Nacional o Estatuto da Ter-ra.

No contexto do novo mandamento fundiário, ficou delineada uma política adequada às contingências recla-madas pela Nação, e tudo fazia crer que o direito de pro-priedade, inobstante o período de ameaça pelo qual pas-sara, ganharia o estágio da estabilidade para fortalecer o sistema produtivo nacional.

Desgraçadamente, Sr. Presidente, não sabemos por quê, o Estatuto da Terra ficou confinado durante mais de duas décadas no mutismo da sua própria limitação. Jamais foi aplicado pelos órgãos fundiários, do que re-sultou as mais negras perspectivas no campo das tensões pela posse da terra.

De primeiro, o País optou pelo sistema neocapitalista, forçando a mobilização de grandes projetos em regiões subdesenvolvidas como a Amazônia, para onde convergiram, sob a tutela do próprio Governo, empresários com raízes perenes nos Estados do Sul e do Centro-Oeste.

Apenas para ilustrar, Sr. Presidente, podemos afirmar que, graças ao estímulo dos Governos Federal e Estaduais na memorável peregrinação denominada "o Norte vai ao Sul", foi possível atrair uma gama imensa de investidores e implantá-los em áreas do Sul do Pará, onde em pouco tempo nasceram projetos majestosos, uns financiados pela SUDAM, SUDHEVEA e CEPLAC, outros construídos com recursos próprios, mas todos eles harmoniosamente consolidados sem qualquer litígio, até porque — é bom que se diga — poucos possesores existiam na imensidão territorial coberta pelo verde que embeleza a superfície da Amazônia geográfica.

O INCRA e, depois, o GETAT foram os órgãos responsáveis pela distribuição da terra aos empresários de grande e pequeno portes, assim como aos pequenos e médios agricultores. Forçoso é reconhecer, entretanto, que ambos ficaram equidistantes do cumprimento das suas reais finalidades. O primeiro frustrou as esperanças do homem ruralista, porque sua estrutura era esquelética e desprovida de recursos humanos e financeiros. O segundo, em que pese ao fato de tratar-se de um órgão ligado ao Conselho de Segurança Nacional, pecou pelo excesso de burocracia na expedição dos títulos, e até contribuiu, de certo modo, para retardar o processo de desenvolvimento com a procrastinação inexplicável da instalação de infraestrutura programada para efetivar o assentamento dos posseiros nas áreas disponíveis para tais finalidades.

Este, Sr. Presidente, o perfil de uma realidade que espanta os desavizados, mas que em verdade reflete o espírito de evidência ao qual está ligado a mais promissora região do meu Estado, o sul do Pará.

Não há o menor exagero em afirmar que a quase totalidade das rodovias, envolvendo troncos e vicinais, assim como as obras de artes nelas construídas pertencem ao patrimônio privado. De ordinário, os órgãos federais e estaduais pouco ou nada contribuíram para promover a integração sócio-econômica numa região que possui o maior rebanho bovino e produz incontáveis toneladas de grãos que suprem a demanda do consumo interno, malgrado a dificuldade de escoamento por falta de rodovias em estado normal de tráfego.

Situo-me na região sul do Pará, apenas para torná-la exemplo de uma política fundiária mal dirigida, e por consequência da qual as tensões proliferaram de tal sorte que hoje são constantes as invasões nas áreas tituladas. E o preço das lutas está sendo pago com o ceifamento de vidas preciosas, sem que as autoridades demonstrem qualquer interesse em contê-las, ou pelo menos evitá-las.

Ainda recentemente, Sr. Presidente, o Ministério do Interior e a FUNAI induziram o Presidente da República a baixar decreto mandando demarcar a reserva indígena Kaiapó. A iniciativa seria por demais aconselhável não fosse suscetível de questionamento no tocante à abrangência da faixa que o Governo pretende acrescentar ao acervo da reserva, elevando-a, de dois milhões e seiscentos mil hectares, para três milhões e trezentos mil hectares.

Dentro do acréscimo, estão cerca de vinte e cinco projetos implantados, todos eles de grande porte, envolvendo pastagens, serrarias, agricultura, pecuária e outras atividades extrativistas e industriais, cujas avaliações ultrapassam o montante de 250 bilhões de cruzeiros.

De relevância destacar que a maioria desses projetos dependeram de financiamentos da SUDAM, da SUDHEVEA, da CEPLAC, do Banco do Brasil, do BASA e de entidades financeiras privadas.

Ora, Sr. Presidente, todos os empresários atualmente na região sul do Pará para lá se deslocaram dos seus Estados, levados pelo fascínio de desbravá-la e fazê-la o El Dorado colossal deste extraordinário País. Lutaram como os bravos, arrostaram sacrifícios nem sempre suportáveis pelos mais fracos, enfrentaram as procelas do comodismo governamental, mas nem por isto deixaram de fincar o marco pioneiro de um trabalho integrado que legam aos descendentes da geração contemporânea.

Agora, quando suas vidas se aproximam do ocaso pelo desgaste físico, a malta esquerdista transforma a re-

gião num paiol de pólvora, e ameaça incendiá-la com a revolução de uma reforma agrária no estilo daquela que foi projetada há mais de vinte anos, isto é, na "marra", na garra e na sanfarronice dos incitadores de invasões de terras, à frente das quais colocam os inocentes úteis para servir-lhes de cobaias nos confrontos com os legítimos proprietários ou ocupantes de fato.

Temos de confessar nosso temor com a proposta de reforma agrária enunciada pelo ilustre Ministro Nelson Ribeiro e aceita pelo Presidente da República. Dois importantes pressupostos estão em jogo no plano reformista da terra: a propriedade e o sistema produtivo nacional.

Em ritmo de toque-de-caixa, como está sendo deslançada a reforma agrária no Governo da Nova República, é de supor-se que a Nação sofrerá inevitáveis convulsões no âmbito ruralista, que ainda padece de conhecimentos elementares para retemperar-se do impacto que abalará sua estrutura.

Num País em fase de desenvolvimento, o conceito de reforma agrária precisa ser difundido com clareza para que não se torne fulcro de provocações entre aqueles que detêm a posse da terra e os que desejam conquistá-las para fins nem sempre produtivos, mas especulativos.

Para estabelecer uma política agrária compatível com o sistema capitalista que adotamos, o Governo deveria começar pela instituição da Justiça Agrária, dando preferência à sua presença nas áreas onde as tensões se mostrem constantes e inevitáveis.

Partindo desse pressuposto, a consequência natural seria o partilhamento das áreas disponíveis em poder da União aos colonos desprovidos do pedaço de chão, em proporção à capacidade de exploração de cada família. Na Região Amazônica existem enormes reservas florestais, próprias para o cultivo agropecuário, à espera do homem para gerar riquezas e fortalecer o suporte da produtividade nacional.

No nosso entender, Sr. Presidente, não há necessidade de promover desapropriações de currais, ou mesmo de fazendas, para agasalhar os sem-terra que pululam pelo Brasil afora. O Governo Federal tem grandes mananciais fundiários disponíveis, mas falta-lhes coragem e disposição para cadastrá-los nos programas infra-estruturais, a fim de aliená-los aos pequenos e médios produtores.

De acordo com a tradição conhecida no sistema fundiário, não diríamos agora, mas em todos os Governos, tem parecido mais cômodo fisgar os imóveis privados para estimular sobre eles a idéia do assentamento de posseiros, aproveitando a existência de infra-estruturas já consumadas, do que promover a implantação destas, cujos custos ficam acima das possibilidades do Erário.

Nascem daí, Sr. Presidente, os embriões geradores dos litígios, dos quais se aproveitam os agentes esquerdistas para açularem o confronto entre proprietários e invasores que perambulam nas imediações.

Não condenamos a necessidade de o Governo patrocinar a reforma agrária. Lembremos, apenas, que o Brasil, ontem como hoje, permanece cultivando o sistema neocapitalista e, como tal, não pode prescindir do apoio aos grandes projetos, principalmente em regiões como a Amazônia e o Nordeste, onde estão concentrados os maiores núcleos populacionais e territoriais deste País.

Impõe-se, pois, que a implantação da reforma agrária seja processada de maneira lenta e gradual. Na medida em que se esgotem as disponibilidades fundiárias centradas em poder da União, torna-se mister uma avaliação sensata no que concerne às possíveis desapropriações, a fim de que não prejudiquem áreas extensamente beneficiadas e, mais do que isto, com propriedades e posses legítimas por titulações incontestes expedidas pelo Estado.

É bom salientar, para que o Governo tome precauções e se mostre um pouco reticente no planejamento que anuncia sobre a reforma agrária, não ser aconselhável o estrépito que a ela precede, eis que já se percebe sintomas de mal-entendidos na conceituação do que seja uma política desse porte. Em algumas regiões, a simples expectativa da aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta a ser encaminhada pelo Governo dispondo sobre o Instituto da Terra pareceu suficiente para assanhar alguns interessados, menos posseiros que propriamente es-

peculadores, que logo iniciaram os trabalhos de incitamentos, por trás dos quais se escudam e atiram na fogueira dos litígios homens pacatos mas de boa fé imperceptíveis à manobra de que estão sendo vítimas.

Reiteramos, Sr. Presidente, que a reforma agrária no Brasil, pelo caráter de sua própria natureza e tendo em vista que, pouco conhecemos suas nuances mais íntimas, exige ser implantada através de medidas lúcidas, coerentes e, sobretudo, controladas pelo senso das autoridades que a promovam.

Qualquer tipo de reivindicação no setor fundiário, até mesmo que implique a ampliação de reservas indígenas, como no caso Kaiapó, deve ser precedida de acurado e consciente estudo, de sorte que seu resultado não se torne causa e efeito de injustiças contra as partes interessadas.

O mesmo fenômeno que apontamos com abundância de detalhes na Região Amazônica tem similar em quase todas as áreas do País. Disto se infere que o Governo, responsável que é pelo resguardo do direito de propriedade e também interessado no sistema produtivo nacional, está no dever indelegável de racionalizar a distribuição da terra aos que não a possuem, valendo-se para tanto das disponibilidades que a União lhe ofereça, e não investindo sobre o direito privado, porque, a partir desse pressuposto, entrará no terreno do confisco e provocará a quebra da confiabilidade em si mesmo, o que a rigor é altamente indesejável para o futuro do País.

O GETAT e o GEBAM, Sr. Presidente, conhecem, porque atuam em duas regiões distintas do Pará, toda a complexidade da problemática que envolve a política fundiária, afeta às suas jurisdições. Se houver interesse, aliado ao bom propósito de equacioná-la a curto prazo, basta que acionem seus dispositivos e a tarefa será convenientemente cumprida.

Fato que nos espanta, porém, é a luta do Governo do Pará em fazer retornar ao acervo do Estado a faixa de cem quilômetros à margem das rodovias federais em tráfego ou simplesmente projetadas, arrecadados pela União mediante o Decreto-Lei nº 1.164, o que, aliás, nos parece justo, enquanto, de outro lado, consente que o Ministério do Interior e a FUNAI ampliem em mais de seiscentos mil hectares a reserva indígena Kaiapó, que atinge exatamente uma faixa de terras há pouco lícitada sob seus auspícios e dentro da qual estão cerca de 25 propriedades, a maioria delas financiadas, como dissemos, pela SUDAM, SUDHEVEA, CEPLAC, BASA e BANCO DO BRASIL, além de outras com investimentos próprios.

Acrescente-se, por oportuno, que a licitação dessas terras pelo ITERPA — Instituto de Terras do Pará — depois de vencida pelos interessados, foi sobrestada pelo Governo do Estado no ato da homologação.

Ora, Sr. Presidente, os empresários que ocupam áreas no sul do Pará e que as exploram com amplos projetos industriais e agropecuários não são invasores das mesmas. Nelas entraram com plena anuência do Estado. De outro modo não foi, porque, ao obterem os financiamentos acima mencionados, tiveram de provar no mínimo que as ocupações são mansas e pacíficas. Quem atesta isto? O Estado, naturalmente.

Cita-se o exemplo, para ilustrar a insegurança que preside à ação dos que trabalham confiados na hipótese de o Estado, quando necessário for, colocar-se em defesa do patrimônio imóvel que ele mesmo alienou e beneficiou-se do produto da transação.

Francamente, Sr. Presidente, não entendemos a passividade ostensiva do Estado na concordância da exigência do Ministério do Interior e da FUNAI em não apenas abdicar da imensa faixa de terras que prova juridicamente lhe pertencer de fato e de direito, mas de entregar à própria sorte quase três dezenas de empreendimentos produtivos, dos quais há muito vem cobrando altas parcelas do ICM, que canaliza para os cofres estaduais, sem o mínimo retorno às populações que sofrem os percalços da falta de estradas e de outros meios assistenciais de encargos públicos.

Apoiamos, Sr. Presidente, o projeto de reforma agrária, desde que não sirva de embuste para convulsionar o cerne ruralista, oferecendo aos incitadores de invasões o caldo de cultura por eles sonhado ao longo do tempo.

Caberá ao Presidente da República, que é um homem de larga experiência e visão pública, encurtar o cabresto dos que pretendem transformar a reforma agrária numa política de confisco para fins especulatórios e não de proteção ao produtor. Se isto não for possível, como os fatos indicam, só nos restará pedir à Deus que proteja a sorte da propriedade no Brasil!

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDS — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, entra em pauta hoje, pela primeira vez, com vistas ao famigerado decurso de prazo, que é instituto aplaudido e utilizado, hoje, pela pretensa Nova República, o veto do Sr. Presidente da República, antigo Deputado, Senador e Presidente do meu Partido, o PDS, José Sarney.

Sr. Presidente, reconheço que o projeto subiu ao Palácio do Planalto, a pedido do Sr. Presidente da República e por exigência do Governador de Goiás, num momento em que a Nação vivia um transe muito difícil, em decorrência da doença do ex-Presidente Tancredo Neves, que se agravava a cada dia. Reconheço, também, Sr. Presidente, que houve muita pressa, porque naqueles dias, após acontecer mais uma das inúmeras intervenções cirúrgicas que sofreu o nosso ex-colega Tancredo Neves, ex-Senador, ex-Governador, ex-Primeiro-Ministro, ex-Ministro da Justiça e Presidente eleito, que obteve consagrada eleição num movimento dos meios de comunicação deste País, como nunca se teve notícia, sua volta, naquela fase, era ainda tida como certa.

Ora, se Tancredo Neves voltasse à plenitude de sua saúde, como a Nação toda desejava, voltaria também ao exercício do mandato, e acreditava-se que esta hipótese realmente se concretizaria. Em consequência, o projeto teria certamente sido sancionado, porque já no dia 6 de maio Tancredo Neves dizia, alto e bom som — e todos os jornais do País publicaram — que não só sancionaria o projeto, mas destinaria recursos para a implantação do novo Estado. Afirmava S. Ex.^a já ter ouvido as lideranças da Aliança Democrática, em Goiás, e que assim procederia.

Ora, Sr. Presidente, o movimento que os Prefeitos, Vereadores e líderes de todos os segmentos da sociedade, dos 60 Municípios do novo Estado, estavam fazendo previa uma reunião com o Governador no Palácio, por volta do meio-dia e, a seguir, um comício, uma "manifestação monstro" na Praça Cívica, às duas horas da tarde. Para o final da tarde estava programada uma reunião no auditório do Centro Administrativo, isto é, na sede do Governo, na qual estariam presentes todos os Deputados federais e estaduais, principalmente os representantes da Região.

Certamente temos que levar em conta a informação que o Sr. Iris Rezende Machado transmitiu às 10 horas da manhã, na Quarta-Feira Santa, ao Presidente José Sarney. Disse ele que, se o movimento prosseguisse sem uma solução definitiva para o problema, sugeria ao Presidente que fizesse gestão junto ao Senado para lhe ser encaminhado o projeto e o vetasse, porque senão as pressões seriam tamanhas, com todo esse movimento, em cima do Governador. Havia no Palácio aquela pressão, além da ameaça de fechamento, programado para o final daquela Semana Santa, da Rodovia Belém-Brasília, a principal e única artéria de ligação de Brasília com Belém, com a vasta região goiana, paraense e maranhense da Amazônia Legal. Certamente não poderia haver mais possibilidade de vetar o projeto. Pedia S. Ex.^a que o Presidente da República resolvesse logo o assunto, já que era totalmente contrário à criação do Estado, muito embora quisesse atender ao Norte. Mas pensava S. Ex.^a que não era hora de criar o Estado, porque, se o Governo estava atendendo muito bem à Região Norte, em função disso não se poderia, efetivamente, pensar em emancipação àquela altura.

S. Ex.^a disse publicamente, várias vezes, que não está na hora. Como há 176 anos, se diz o mesmo pergunto: quando estará na hora?

Sr. Presidente, as razões alegadas pelo Presidente da República e sua assessoria na mensagem têm uma redação que deixa muito a desejar. O projeto chegou à Presidência da República às três horas e meia e às quatro horas o parecer estava pronto. Penso que ou os homens do Palácio são realmente a fina flor da sapiência nacional, ou havia, como é mais certo, uma predisposição e uma ordem de fazer isso, porque o Presidente José Sarney não deseja criar um pólo de desenvolvimento numa área vizinha à sua. S. Ex.^a quer — segundo dizem — uma mão-de-obra barata, toda aquela pobreza imensa, e que o recolhimento do ICM do Estado de Goiás seja feito no Maranhão. Mas o Maranhão não quer isto, porque o povo maranhense é generoso e já quer, conosco, criar o Estado de Tocantins. Dizem que aconteceria isso. Não acredito. O Presidente José Sarney me parece um homem muito bom e um político experimentado. Na convivência que tive com S. Ex.^a, nunca senti traição nem "jogadas", etc. Quero crer que S. Ex.^a já esteja reformulando tudo isso para amanhã ou num dia próximo nos mandar uma mensagem encaminhando projeto de criação do Estado do Tocantins, para refazer aquilo que foi destruído por um erro incrível da chamada Nova República, um regime que se diz de políticos, que subiram ao Poder num movimento nacional dos meios de comunicação, fato que, como disse, nunca aconteceu no País. Então, nesta hora, em que o Congresso Nacional apóia, por unanimidade este projeto, com discursos os mais vibrantes dos homens da Aliança Democrática, todos a favor, comprometidos com a luta libertária do povo — agora provou isso e, em várias medidas, vêm provando já há algum tempo — não é possível que se vote tal projeto inclusive sem chamar as lideranças, o Presidente do Congresso Nacional, o Presidente da Câmara dos Deputados, os líderes de todos os partidos e o autor para entendimentos.

Acho que houve muita precipitação e crucificaram o povo nortense de Goiás, o povo tocantiniense, naquela Sexta-Feira Santa. Mas tenho fundadas esperanças de que se revise esse erro e se conceda a emancipação pela qual lutamos há 176 anos.

Só lamento mais um fato — e vou concluir, Sr. Presidente — é que esteja comprovado hoje, mais uma vez, que o Líder do meu partido — não sei, talvez, seja o coordenador, talvez não tenha um líder — mais uma vez falta comigo e com o Congresso Nacional, porque a matéria foi aprovada pelo Congresso Nacional e não houve nenhuma comunicação, nem por telegrama nem por telefone, para cumprir, dessa forma, o que a Comissão Executiva Nacional do PDS decidiu em reunião histórica, ou seja, ser a favor da derrubada do veto com a mobilização das bancadas no sentido de ser comunicado isto. Nada disso aconteceu, Sr. Presidente. Ele reuniu a bancada para tratar de tudo. Ele nada disse a respeito quando lhe perguntei a respeito do Estado do Tocantins, ou seja, se estava disposto a dar ou não o seu apoio a isto. Entra pela primeira vez hoje, em pauta, em discussão veto ao projeto. Temos mais alguns dias e espero, dessa forma, do Sr. Prisco Viana outra atitude, pois sei que S. Ex.^a é um homem de bem, correto. Agora, como Líder, estamos faltando, talvez porque não esteja adaptado ainda a esta nova situação. Espero que essa adaptação ocorra logo para que não falte com a solidariedade aos seus liderados, ao seu Partido, ao Congresso Nacional e possa, assim, ser aplaudido, inclusive por mim, prestando um serviço à democracia, fazendo com que o PDS demonstre ser um partido de oposição.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra à Sr.^a Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, inicialmente, gostaria de colocar um reparo às palavras do nobre Deputado Siqueira Campos, quando afirma que o famigerado decurso de prazo é um instrumento aplaudido pela Nova República.

O Sr. Siqueira Campos — E utilizado.

A SRA. CRISTINA TAVARES — V. Ex.^a disse aplaudido.

O Sr. Siqueira Campos — E utilizado.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Quero dizer que o entulho autoritário está sendo varrido neste País. Muito tempo teve a bancada oficial — para ser mais precisa, 21 anos — para derrubar aquilo que hoje chama famigerado. Muito tempo — precisamente 21 anos — tiveram os Governos militares para criar o Estado de Tocantins, e no entanto, Sr. Presidente, estou entre os que entendem que o entulho autoritário do regime começou a ser varrido 60 dias após a instalação da Nova República. O decurso de prazo só poderá ser modificado através de Emenda Constitucional, assim como o veto presidencial.

O Sr. Siqueira Campos — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

A SRA. CRISTINA TAVARES — Espero ouvir V. Ex.^a depois de concluído o meu pensamento inicial.

O Sr. Siqueira Campos — V. Ex.^a é quem decide. Eu espero.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Segundo é do meu conhecimento, não foi apresentada uma emenda sobre decurso de prazo pelo ilustre Parlamentar que, neste momento defende, com muita justeza, a criação do Estado do Tocantins. Mas — quem sabe? — constitucionalmente o veto terá de ser apreciado pelo Congresso, ou então passará por decurso de prazo.

Entendo, Srs. Deputados e Srs. Senadores, que este Congresso terá de reunir-se antes do prazo fatal para apreciar o veto do Presidente da República. Se não o fizer, haverá, de fato, uma grande lacuna, um grande desestímulo para esta Casa. Não é o que desejo. O que não aceitei, nobre Deputado Siqueira Campos, foi V. Ex.^a acusar o Governo da Nova República, instalado há sessenta dias, de não obedecer à Constituição. O veto, pela Constituição, tem de ser apreciado, ou então será utilizado o decurso de prazo. Concedo o aparte ao Deputado Siqueira Campos.

O Sr. Siqueira Campos — Deputada Cristina Tavares, inicialmente, meus aplausos a V. Ex.^a por lutar pela derrubada do veto, por essa sua declaração que bem comprova que V. Ex.^a é, antes de tudo, uma representante do povo brasileiro, comprometida, sem dúvida, com esse povo e com as suas instituições. Note V. Ex.^a: não apreentei mesmo uma emenda sobre decurso de prazo, mas V. Ex.^a tampouco o fez. No entanto, V. Ex.^a e eu de há muito tempo, sempre reclamamos contra o decurso de prazo, a fidelidade partidária e uma série de coisas. Disse, muitas vezes, desta tribuna, até como Vice-Líder do Governo, que precisávamos libertar o político para que ele decidisse de acordo com a sua consciência e com os interesses daqueles a quem ele representa, sempre que estivessem em jogo os interesses do povo brasileiro. V. Ex.^a, eu, todos nós lutamos contra essas medidas. E V. Ex.^a sabe que, se nós, do PDS, apoiamos, durante todo esse tempo, o regime autoritário, procuramos liberalizar alguma coisa, e o conseguimos sempre. Ao mesmo tempo, V. Ex.^a lutavam contra isso, mas sem os condicionamentos que nós tínhamos. Hoje V. Ex.^a tem o condicionamento de representar o Governo. E isso é duro, é difícil, em qualquer Governo. Mas, enquanto apoiávamos o Governo, V. Ex.^a o convalidavam, porque nunca dissolveram o partido, para não haver um escândalo internacional, meio de derrubar o Governo daquela época. V. Ex.^a não fizeram isso. Mas nós já encontramos pontos positivos. Nós nos identificamos em muitas coisas. O que queremos é a valorização das instituições políticas. Não estou com radicalismo quanto a essa posição. Ela não é negativa, é positiva. Agora, aprovamos aqui, em memorável noite, aquelas emendas. Já poderíamos ter liquidado com aquilo. Disse, naquele dia, que o Governo estava a cumprir um projeto do Sr. Geisel. Sabemos que o Sr. Geisel está por trás disso tudo. E tenho informações mais seguras sobre isso. Está em marcha a tal abertura lenta e gradual. Podíamos tê-lo feito, então. Agora, não vou reclamar nada, vou aceitar. A lei está aí, é ruim, não presta, mas temos de cumpri-la. O Governo está cumprindo e realmente se beneficiando da existência do decurso de prazo, em função do que existe, e não

podemos rebelar-nos contra o que existe, a não ser para modificar. Peço a V. Exª que, através da sua bancada, que é majoritária, e juntamente com o Partido da Frente Liberal, faça esforços e conte conosco, para que não seja lenta essa abertura, pois já agora não se justifica mais abertura, mas, sim, o regime democrático mesmo, segundo V. Exª tem pregado. E ajude-nos a criar o Estado de Tocantins, que, de fato, não foi criado nos Governos militares. A cada ano, eu apresentava projeto nesse sentido; e o Presidente Figueiredo não o sancionou, como me disse, no dia 29 de novembro, porque, àquela data, fazia um ano que o projeto estava parado nesta Casa. Não o enviaram ao Senado; e os Senadores do partido de V. Exª declararam, inclusive pelos jornais que impediram o projeto de ser aprovado, naquela época, pelo Senado, para que eu não fosse indicado Governador. Fui à televisão e disse que não aceitaria indicação de Governador "biónico". Mesmo assim, eles seguraram o projeto, que, sabe V. Exª, só foi aprovado em 26 de março deste ano. No mais, meus agradecimentos a V. Exª. Esteja certa de que não estou querendo fazer crítica contundente. V. Exª tem toda a razão, tem todo o direito. O Governo está usando o que existe. Mas vamos fazer um esforço, todos nós, para derrubar os resquícios de autoritarismo, que ninguém apoiou de coração. V. Exª convalidou, e nós apoiamos, em função do condicionamento a que estávamos submetidos. Caso contrário, não chegaríamos à transferência pacífica do Poder. E V. Exª sabe disso. V. Exªs, prestaram um serviço; nós também prestamos esse serviço.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Deputado Siqueira Campos, gostaria de dizer a V. Exª que a tática da Oposição, a autodissolução da Oposição não é uma tática política; é uma tática de suicídio. O que a Oposição fez foi colocar o povo nas ruas e derrubar o regime pela força popular, que levou à destruição inclusive do Colégio Eleitoral. Este foi o papel histórico que as Oposições tiveram durante vinte anos de regime. Não foi a convalidação do Governo, foi a sua destruição, através da massa popular.

O Sr. Siqueira Campos — Permita-me ainda acrescentar: derrubaram o regime. Muito bem, e onde está a Constituinte, que deveria ser imediatamente convocada, para que seja legitimada essa pretensão Nova República? Só com uma nova ordem, com a ruptura total com a ordem velha.

A SRA. CRISTINA TAVARES — A impaciência de V. Exª...

O Sr. Siqueira Campos — Destruíram o Colégio Eleitoral depois que elegeram o Presidente da República. Quero ver agora por quanto tempo vão utilizar-se ainda do recurso autoritário.

A SRA. CRISTINA TAVARES — A impaciência de V. Exª só encontra paralelo na paciência que V. Exª teve, durante vinte anos, para apoiar um regime que, além do autoritarismo, impunha a este País um modelo econômico e social degenerado.

O Sr. Siqueira Campos — A impaciência não foi minha, foi nossa: V. Exª teve paciência, esperou vinte e um anos e não tomou atitude que levasse à dissolução do partido, convalidando um regime ditatorial, segundo suas próprias palavras.

A SRA. CRISTINA TAVARES — O PMDB — o antigo MDB, Deputado Siqueira Campos — teve muitos dos seus militantes presos e torturados pelo regime que V. Exª defendia.

O Sr. Siqueira Campos — Mais uma razão.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Por isso, pelo fato de resistir, é que hoje é vitorioso. Pelo fato de resistir é que o PMDB hoje pode apresentar-se como o Governo da Nova República e dizer: "Nós vamos varrer o entulho autoritário." E já começamos a fazê-lo, liberando os partidos clandestinos e tirando da douda hoje Oposição — naquele período, Governo — aquela grande imagem: "Se nós fizermos a democracia, os comunistas tomam conta deste País." Hoje, os partidos comunistas estão le-

galizados. Isto significa democracia. Estão liberados, libertos, os eleitores das Capitais, os eleitores dos municípios considerados áreas de interesse da segurança nacional, porque, na realidade, a segurança nacional não impede que o povo participe; ao contrário, está convalidada com a participação popular.

Sr. Presidente, feitos esses esclarecimentos, assomei à tribuna para me congratular com o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, particularmente pela moção proposta pelo Sertão Central de Pernambuco, que diz respeito ao aumento da nossa participação — das mulheres trabalhadoras rurais — no movimento sindical.

A proposta do Pólo Sindical da FETAP do Sertão Central de Pernambuco, em suas considerações, procura esclarecer alguns pontos importantes:

"A participação das mulheres no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais ainda não é suficiente; é pouca, diante das grandes necessidades de luta no movimento sindical. Há um grande potencial de participação sindical nas mulheres do campo. Elas vivem diretamente todas as consequências das péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais.

As mulheres têm importante papel, direto e indireto, na produção. Elas garantem as condições para o homem trabalhar, e muitas mulheres assumem a chefia da família sozinhas. E aí sofrem mais que os homens.

Existe a absurda e injusta situação de a mulher do campo fazer o mesmo trabalho do homem, quando assalariada, e, no entanto, receber metade do salário do homem.

As mulheres vivem uma situação específica de discriminação como mulher; muitas vezes são inseguras, sentem-se inferiores aos homens; são mães e, com saúde, podem gerar e amamentar os filhos. Merecem cuidados especiais. Têm responsabilidade mais direta para com os filhos. Basta juntarmos trinta mulheres do campo casadas, e somente seus filhos serão em média, duzentos e quarenta.

As transformações sociais necessárias ao País necessitam da participação das mulheres. A verdadeira democracia para o povo necessita da organização de todos os trabalhadores, homens e mulheres. Por isso, foi proposto que, de forma organizada e planejada, com programação específica dirigida às mulheres, os sindicatos assumam o aumento da participação das mulheres no movimento sindical dos trabalhadores rurais. Isso seria feito da seguinte maneira:

— que sejam encaminhados encontros de mulheres trabalhadoras rurais;

— é preciso ouvir as mulheres e discutir com elas sua participação;

— é preciso fazer um levantamento e encaminhar as reivindicações específicas das mulheres, tal como salário igual para trabalho igual e o aumento de sua participação sindical;

— é preciso promover o treinamento de lideranças femininas, para que auxiliem os sindicatos no desenvolvimento da participação sindical das mulheres;"

Para o Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais foi feita a seguinte proposta, que foi aprovada e possivelmente será votada na Assembléia:

"A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS

Considerando:

— que, apesar de existir dentro do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, a concepção de que as mulheres já são parte naturalmente integrada no Movimento Sindical, verificamos, mesmo sem necessitar de levantamento rigoroso, que a participação da mulher ainda não é suficiente.

É pouco:

• o número de mulheres associadas (inclusive, sabemos que muitas mulheres, esposas e filhos de trabalha-

dores rurais não se associam porque pensam que a associação do homem é suficiente);

• o número de delegadas sindicais e representantes de base;

• o número de mulheres disponíveis para diretorias de sindicato;

• o número de mulheres nas assembléias, reuniões e manifestações.

É pouco em relação:

• à participação dos homens;

• ao número de mulheres;

• às necessidades de luta do Movimento Sindical;

— que há, sem dúvida nenhuma, grande potencial de participação sindical nas mulheres trabalhadoras rurais como membros que são da classe trabalhadora rural, por causa da sua situação objetiva de vivenciarem, diretamente e indiretamente, todas as consequências das péssimas e injustas condições de vida dos trabalhadores rurais;

— que as mulheres têm um papel fundamental na reprodução da força de trabalho dos homens quando assumem todas as tarefas domésticas que dão condições concretas para o homem trabalhar, assim como cozinhar, limpar, arrumar, cuidar da saúde dos filhos, cuidar dos animais pequenos, remendar e costurar roupas e demais serviços domésticos;

— que as mulheres, além de garantirem a reprodução da força de trabalho dos homens, ainda auxiliam no trabalho geral da roça, contribuindo então diretamente na produção;

— que as mulheres trabalhadoras rurais, ao terem que assumir a chefia da família, passam por sofrimentos ainda maiores que os homens, pois não é valorizada sua capacidade de trabalho e, quando conseguem trabalhar, pagam-lhe metade do salário do homem pelo mesmo trabalho;

— que as mulheres vivem uma situação com características bem próprias do seu mundo de mulher, as quais pesam muito no seu modo de viver, pensar e participar; pois, vejamos:

a) na vida familiar a autoridade é do homem; por ser assim, a mulher vive certos sentimentos de inferioridade e insegurança que necessitam ser discutidos e superados para um melhor desenvolvimento da mulher como pessoa e da sua participação sindical e política;

b) como mães, vivem situações de saúde que são só delas como mães e que traçam consequências também para os filhos; a gestação, a amamentação, a perda de filhos no ventre, são questões que merecem discussões e soluções, afinal estes problemas são vividos por todas as mulheres trabalhadoras e não são discutidos, principalmente no meio rural;

c) se reunirmos apenas 30 mulheres do campo, casadas, estaremos reunindo mães de uma média de 240 filhos: imaginemos então a responsabilidade real que têm as mulheres no cuidado e educação das crianças;

— que o nosso país atravessa momentos importantíssimos em que necessita da participação ativa e consciente de todos os seus cidadãos, homens e mulheres, principalmente dos homens e mulheres da classe trabalhadora e que, nesta situação atual do país, com o advento da democracia tão necessária aos trabalhadores brasileiros, o Movimento Sindical necessita recorrer a todos os seus potenciais para aprofundar sua solidez orgânica e sua ação sindical, no objetivo de enfrentar com segurança os novos tempos políticos do Brasil.

Propomos:

— que as mulheres do campo — chefes de família, esposas ou filhas de trabalhadores rurais — sejam integradas ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, de forma organizada e planejada, para fortalecimento e enriquecimento do Movimento Sindical;

— que esta integração desenvolva-se de forma específica, que se dê incentivo e oportunidade para facilitar maior participação das mulheres no Movimento Sindical;

— que o trabalho específico com as mulheres se dê dentro da referência sindical, sem paralelismo de nenhuma forma, sem competição com a participação dos ho-

mens, sem divisões, guiando-se apenas pelos seus problemas e reivindicações específicas;

— é preciso, então, ouvir as mulheres, é preciso reuni-las, é preciso discutir com elas como elas pensam sua situação e como decidem participar: para isto, encontros de mulheres trabalhadores rurais é instrumento indispensável; estes Encontros de Mulheres Trabalhadoras Rurais deverão constar de uma programação estruturada a nível de comunidades, municípios, regiões, estados, principalmente área de produção com mão-de-obra feminina, dentro de um processo de análise vivida pelos Sindicatos para que estes assumam a coordenação do trabalho com consciência e firmeza;

— é preciso desenvolver e capacitar lideranças femininas para a coordenação e o desenvolvimento da participação das mulheres no Movimento Sindical através de Treinamentos de Capacitação de Lideranças Trabalhadoras Rurais;

— é preciso fazer levantamento dos problemas e reivindicações específicas da mulher trabalhadora rural;

— é preciso assumir o estudo do desenvolvimento do trabalho específico de estímulo à participação sindical das mulheres trabalhadoras rurais, para ir definindo e aprofundando:

- sua importância
- sua necessidade
- sua metodologia
- suas perspectivas."

Com a aprovação deste documento, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, parece-me que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais dá mais um passo no sentido da real integração do povo brasileiro. Não podemos conceber que haja uma verdadeira democracia se 51% dos brasileiros não tiverem uma participação plena, e nós, mulheres, constituímos 51% da população brasileira. Daí por que o PMDB aplaude a iniciativa da aprovação da moção apresentada pelos trabalhadores rurais do sub e do médio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, temos presenciado na tribuna das duas Casas Congressuais, insistentes e reiteradas manifestações a respeito do que se chama entulho autoritário. O vocábulo aflorou, como não poderia deixar de acontecer, com o próprio nascimento da chamada Nova República. A impressão que se tem é de que a Nova República assumiu a iniciativa, na sua originalidade, de promover a remoção do chamado entulho autoritário.

Precisamos ter certa cautela, quando somos partícipes da própria História, para que, no lastro que aqui escrevemos, não venham as gerações de amanhã conhecê-las nas deformações que nascem do próprio interesse político-partidário. Quem, historicamente, iniciou na vida democrática do Brasil a remoção daquilo que eu chamaria instrumento autoritário? A própria Revolução de 1964. Coube ainda ao Governo Geisel, através de emenda aprovada pelo Congresso Nacional, fazer as primeiras remoções, da Constituição, dos instrumentos de exceção utilizados pelo poder revolucionário no curso do tempo e do espaço. Em 1979, quando assumiu a Presidência da República, o Presidente João Figueiredo já estirpava do contexto constitucional o primeiro e mais perigoso de todos os instrumentos; o Ato Institucional nº 5. Logo a seguir, veio uma seqüência de extirpações, começando pela Lei da Anistia, concessão àquela altura, sim, generosa do Poder Executivo, para que pudéssemos chegar, como chegamos enfim, ao verdadeiro estágio de pacificação nacional, que seria o ponto básico para iniciarmos a trajetória do processo de abertura política que desaguou — e com muita honra para nós — na projeção da eleição do saudoso, inesquecível e sempre lembrado homem público que foi Tancredo de Almeida Neves.

O reparo que faço é para que a História não tome nenhum descaminho e possa ser apresentada com a sua imagem autêntica à geração do porvir. Neste instante pretendo referir-me ao projeto de lei complementar de autoria deste gigante, deste parlamentar ativo, deste par-

lamentar que até hoje tem dado um exemplo de pertinácia na sua carreira, digno de ser seguido por todos nós, este goiano de fibra que é o nobre Deputado Siqueira Campos.

O Sr. José Genoíno — Nobre Deputado Jorge Arbage, antes de entrar no projeto do Deputado Siqueira Campos, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JORGE ARBAGE — Não posso perder a oportunidade do diálogo com V. Ex^a. Está concedido o aparte.

O Sr. José Genoíno — Nobre Deputado Jorge Arbage, V. Ex^a fixa um ponto de vista sobre o chamado entulho autoritário. Gostaria de entrar nessa questão específica para afirmar o seguinte: em primeiro lugar, o maior entulho autoritário que existe no País é a própria Constituição. É necessário que a Assembleia Nacional Constituinte se coloque acima da Carta Magna para elaborar uma nova Constituição.

O SR. JORGE ARBAGE — Historicamente, é exatamente o raciocínio lógico de V. Ex^a.

O Sr. José Genoíno — Não podemos ter uma visão acanhada do entulho autoritário. Tenho defendido, na Comissão Interpartidária, que o entulho autoritário não é apenas a Lei Partidária Eleitoral. A própria Constituição, no seu conjunto, também o é, pois a sua concepção, as suas emendas e atos complementares a transformam em algo que precisa ser removido.

O SR. JORGE ARBAGE — V. Ex^a tem razão.

O Sr. José Genoíno — É necessário que possamos elevar a visão do entulho autoritário a um patamar superior, como condição para uma democratização mais ampla, para que evitemos que ocorra, na remoção do que é chamado hoje de entulho autoritário, o que ocorreu com os Governos anteriores. V. Ex^a está sendo coerente quando diz que houve um início de remoção. Acho que não houve uma remoção do entulho, mas, sim, uma reformulação e uma acomodação do mesmo. Por exemplo, o AI-5 foi revogado, mas, no meu entender, os arts. 86, 87 e até mesmo 89 da Constituição são um verdadeiro AI-5 expandido, com os poderes atribuídos ao Conselho de Segurança Nacional. Para se remover o entulho autoritário é necessário ir-se ao fundo da questão e não analisar apenas os aspectos parciais do que diz respeito à Lei Partidária Eleitoral. É claro que essa Lei tem entulho autoritário a ser removido. Mas é necessário, também, remover o conjunto desse entulho, o que só poderá acontecer com uma Constituinte que se coloque acima da atual Constituição.

O SR. JORGE ARBAGE — O aparte de V. Ex^a engrandece o meu pronunciamento. Respaldo-me, pois, nas suas palavras para reafirmar que o grande milagre não está consubstanciado na Nova República, através do Poder Constituinte, que busca substituir a atual Constituição. O milagre está em que o Poder autoritário, que criou todos os instrumentos de exceção, reconheceu, no tempo devido, a necessidade de extirpá-los, e deu oportunidade para que viessem, a posteriori, novas medidas, que, segundo se pressupõe, estão nas cogitações da Assembleia Nacional Constituinte.

Antes de dar o aparte, com muita honra, à nobre Deputada Cristina Tavares, desejaria desenvolver um rápido raciocínio sobre o projeto do nobre Deputado Siqueira Campos.

Três eventos especiais e coincidentes vinculam-me a este projeto, que cria o novo Estado de Tocantins. O primeiro deles é que fui, na douda Comissão de Constituição e Justiça, Relator do Projeto de Lei complementar nº 1, de 1983. Àquela altura, como Relator, contrariando o sentimento de amizade, de estima e de apreço que dedico à figura batalhadora de Siqueira Campos, dei meu voto pela inconstitucionalidade do projeto. Tive a felicidade, Sr. Presidente, de, ao proferir o parecer, ver o Deputado Leonor Belém fazer um pedido de vista do projeto. Proferiu S. Ex^a um voto em separado, apresentando algumas emendas que sanavam o vício da inconstitucionalidade que eu havia detectado na proposta do Deputado goiano. Logo a seguir, convencido de que o projeto já

não mais continha a civa da inconstitucionalidade, proferi novo parecer, desta feita opinando pela constitucionalidade e pela boa técnica legislativa do projeto, e a Comissão de Justiça o aprovou.

Logo depois, Sr. Presidente, houve outra coincidência: estava eu na Liderança do Governo, nesta Casa, quando o projeto entrou na pauta da Ordem do Dia, para efeito de aprovação. Disse, então ao Deputado Siqueira Campos, contrariando a orientação do Palácio do Planalto: "Vou votar favoravelmente à aprovação do projeto de V. Ex^a". Assim o fiz.

Foi o projeto para o Senado, depois de muitas proteções, e lá tramita demoradamente, mas obtém, Sr. Presidente, pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão do Serviço Público e da Comissão de Finanças, que não opinam sobre a constitucionalidade porque esta iniciativa já havia sido tomada pela douda Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, veja V. Ex^a quanto estamos trilhando os caminhos da ilusão, para não dizer também os caminhos do confronto entre um Poder que tem a competência para dizer se uma matéria é ou não inconstitucional e um outro Poder que, sem ter a sensibilidade, o ardor da pesquisa e a profundidade do exame, pura e simplesmente, numa mensagem, responde, para justificar o seu veto, que o projeto, por implicar criação de despesas, fere o art. 57 da Constituição. Não estou, Sr. Presidente, criticando a figura do Presidente José Sarney. Não, porque este mesmo procedimento já vimos nos governos passados.

Ficamos, aqui, numa situação delicada, porque, na verdade, se aprovamos uma matéria e a damos por constitucional e o Executivo a veto, dizendo que aprovamos uma matéria inconstitucional, nos passa, Sr. Presidente, um atestado não apenas de incompetência, mas também e principalmente um atestado de falta de vigilância.

São duas Casas Congressuais que dizem que o projeto é constitucional. Estamos, portanto, realmente no momento e na hora, Deputada Cristina Tavares, de reformular os métodos de uma Constituição que já está ultrapassada no tempo e no espaço.

Concedo o aparte à nobre Deputada Cristina Tavares.

A Sr^a Cristina Tavares — Deputado Jorge Arbage, o povo que não lê História está condenado a repeti-la. Não é um sentimento de revanchismo, de revidar que nos faz lembrar que foram os governos militares que golpearam o Presidente constitucional em 1964, que montaram este entulho autoritário, este lixo constitucional que temos, esta Carta outorgada, ilegítima. Alguns dos Presidentes militares retiraram uma pequena parte, como muito bem lembrou o Deputado José Genoíno, desse entulho que eles próprios criaram.

A Nova República é transitória. O Presidente Tancredo Neves costumava dizer que faria um Governo de transição. Não se reivindica para estes anos de transição a abertura democrática, que somente será legitimada com a Assembleia Nacional Constituinte. Deputado Jorge Arbage, é preciso que este País todo tome consciência da importância da Assembleia Nacional Constituinte. O que a Comissão Suprapartidária faz, o que a Nova República faz e se propõe a fazer, desde o seu fundador, Tancredo Neves, é ser um Governo de transição. A Constituinte, sim, irá dizer que rumos este País haverá de tomar, mesmo porque é hoje uma prerrogativa do Executivo vetar um projeto — não quero entrar no mérito — como é também uma prerrogativa do Congresso Nacional rejeitar o veto. Defendo que devemos estar aqui, para aprovar ou rejeitar o veto. Não defendo que estas cadeiras fiquem vazias, ao votarmos matéria de grande relevância como a da criação do Estado do Tocantins.

O SR. JORGE ARBAGE — Deputada Cristina Tavares, diria a V. Ex^a que não condeno a Constituição que aí está pelo fato de realmente ter sido produto de um regime de exceção. Não poderíamos ter uma Constituição liberal administrada por um Poder Executivo que nasceu de um movimento revolucionário. Porém, hoje já estamos realmente vivendo uma nova era política e democrática no Brasil, e ela é hoje, portanto, uma Constituição desatualizada. Não se pode conciliar uma Carta Fundamental, elaborada sob o aqodamento de um Poder revo-

lucionário, com um País que está sentindo, hoje, o colosso, a beleza de um regime democrático. Então, tem razão V. Exª na restrição que faz, mas precisamos colocar a Constituição que aí está em relação ao tempo de sua edição. E aos tempos de hoje coroados pelo sucesso da Nova República. E estaremos aqui, Deputada Cristina Tavares, hoje como ontem, apenas na limitação de cada conjuntura e subjugados a ela para ajudar o Presidente da República a implantar no Brasil a Assembleia Nacional Constituinte. Mas desejamos que ela tenha realmente o calor da legitimidade popular para que seja uma Assembleia livre e soberana, digna de ser imitada por aqueles países que sonham em quebrar os grilhões do autoritarismo e se transformar numa república democrática. Ouço V. Exª, Deputado Siqueira Campos.

O Sr. Siqueira Campos — Deputado Jorge Arbage, falar em Nova República é falar na coisa mais ilegítima que existe agora. Ela só existe pelos noticiários dos jornais. A Deputada Cristina Tavares, uma vigorosa líder, não somente em Pernambuco mas a nível nacional, uma pessoa com destacada atuação nesta Casa, hoje está como estávamos nós antes, na obrigação, por condicionamento, de defender o Governo. E, na época em que existia realmente um regime que podíamos chamar de autoritário, fizemos tudo para liberalizá-lo. V. Exª, eu, o Deputado Cândido Sampaio, os nossos líderes, quase toda a bancada da ARENA, depois PDS, não conseguimos isso. Queríamos que o PMDB se dissolvesse. Quando eles falaram nisso, apoiámos com toda a discrição, para não causar um escândalo, porque o Governo cairia, eis que lhe retiráramos qualquer apoio depois da dissolução da Oposição. Dissolver-se a Oposição seria um escândalo internacional. Eles não o fizeram. Esperaram 21 anos. Diz a Deputada Cristina Tavares que venceram. Eu pergunto: será? Em 1964, as mulheres foram para as ruas devido à desordem política. E os militares só entram na questão quando há desordem, quando os políticos não sustentam o seu dever de manter as instituições republicanas, e elas estavam em jogo. Então, a tarefa dos militares é zelar pela segurança da Pátria. Eles ficavam preocupados com a bagunça, mas é o seu dever. E eles entenderam — como muita gente neste País — que estavam cumprindo os seus deveres. Agora, ocorre que muitos militares se deixaram envolver pelas oligarquias e não determinaram uma ruptura com a ordem jurídica encontrada. Isso mostra que hoje está havendo um pacto de elite, que já houve naquela época. E viemos, com todos os percalços, tentando ajeitar, dependendo de o PMDB tomar uma atitude que, internacionalmente, seria um escândalo; a sua dissolução. E ele não o fez, cumpriu seu dever, convalidou o processo e nos obrigou a nos mantermos ao lado daquela situação toda. Agora, Deputado Jorge Arbage, na verdade, será que a Deputada Cristina Tavares, ao dizer que este Governo é legítimo, está sendo sincera, ou, por dentro, diz que não? Será que ela não fala assim para cumprir o seu dever de Líder do Governo? Mas ela sabe que não está no Governo, e ler, agora, de ser determinada uma ruptura com a ordem jurídica encontrada. Se há uma Nova República, Deputado, deve ter havido a antiga; então, houve a antiga, mas continuam usando todos os instrumentos legais — e não é entulho do autoritarismo, é monturo, porque entulho é uma coisa pequena, aqui e ali. O Deputado José Genoíno tem razão. É monturo, todo um complexo de lixo, do autoritarismo, que temos que reformular até com o apoio dos militares que confiam na atual situação brasileira. Eles têm dito que confiam, são os homens da segurança — é que zelam pela tranquilidade da Pátria. Nós vamos confiar no sistema e dar a nossa colaboração, mas tem que ser feito, já, uma ruptura agora. Por que só em 1986? Estão tentando nos tapear. Por que não fixaram o mandato do Presidente da República? Deputado Jorge Arbage, obrigado pelo apoio que deu, como Relator, e como membro da Comissão de Constituição e Justiça, pelas defesas que sempre fez. Agora, muito obrigado pelas generosas palavras suídas do coração, fruto dessa amizade que muito me honra. Não tenho nenhuma qualificação maior para ser mencionado...

O SR. JORGE ARBAGE — Não apoiado.

O Sr. Siqueira Campos — ...por V. Exª da forma generosa como o fez. Mas fico-lhe grato, sei que o elogio é à brava gente nortense que há 176 anos luta pela sua liber-

tação e hoje encontra no Congresso Nacional os meios de se libertar, porque todos nós estamos de acordo e vamos tomar as providências no momento exato para que o Governo seja obrigado a nos encaminhar uma mensagem, que é o ideal, criando o Estado do Tocantins. Então, que aprove o projeto que o Senador Benedito Ferreira, em entendimento comigo, vai apresentar no Senado Federal, convocando eleições para o Tocantins em 1986, juntamente com as eleições já convocadas para os demais Estados. Muito obrigado a V. Exª, em nome do povo que tenho a honra de representar, do povo de Goiás, que é todo favorável à divisão do Estado para poder libertar o sul e o norte do desemprego, que ocasiona a pobreza — a fome e a miséria. Muito obrigado.

O SR. JORGE ARBAGE — Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo antes ao Deputado Siqueira Campos que jamais o diferenciaria da maneira como o fiz se S. Exª realmente não fizesse jus ao reconhecimento e à gratidão desta Casa pelo relevante serviço que tem prestado ao povo do Goiás, à Amazônia e, sobretudo, ao nosso País.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional, examinando o projeto de criação do Estado de Tocantins, deu seu referendo quanto à constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa do projeto. De outro lado, o Sr. Presidente da República usando da prerrogativa também legal e constitucional do art. 57, opõe o seu veto e alinha as razões por que o faz. Há, por assim dizer, um conflito de entendimentos. Todavia, prefiro ficar com a decisão do Congresso Nacional, que tem a competência legiferante para dizer que é legal, jurídico ou constitucional.

Sr. Presidente, se houvesse boa vontade de parte do Executivo em querer premiar a população do nordestino com sua autonomia política e administrativa, bastaria que S. Exª sancionasse o projeto, e o vício da inconstitucionalidade estaria sanado. Há jurisprudência do Supremo Tribunal Federal neste sentido. Mas o Deputado Siqueira Campos, com a sua magnanimidade, com a grandeza de espírito que o caracteriza faz um apelo ao Presidente da República, no sentido de que envie mensagem criando o Estado de Tocantins.

Talvez aí, Deputado Siqueira Campos, esteja a única alternativa que possa alimentar as esperanças de V. Exª, porque, na verdade, se esperar pela rejeição do veto, esteja certo de que só um milagre poderá causar a reversão, pelos exemplos que temos nesta augusta Casa do povo brasileiro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrado o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item I

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 1984 — complementar (nº 1/83 — Complementar, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que cria o Estado do Tocantins e determina outras providências, tendo

Relatório, sob nº 13, de 1985-CN, da Comissão Mista.

Em discussão o Projeto vetado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDS — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, violência inominável contra uma gente que não tem emprego, que não tem escolas, que não tem hospitais, que não tem médicos, que, em muitos municípios, não tem sequer uma simples enfermeira, que não tem energia elétrica, que não tem estradas, que não tem uma economia e uma estrutura de produção organizadas, nem equipamentos sociais necessários ao apoio, à fixação das pessoas que integrem essa gente numa das regiões mais belas deste País, numa das regiões que já vem dando, de longa data, uma das maiores contribuições ao desenvolvimento nacional. Violência inominável do Sr. José Sarney. Mas não vou condenar somente o Sr. José Sarney. Há um contexto. E não condeno sequer esse contexto.

A Nova República, a pretensa Nova República, a chamada nova República, não existe, porque não existe

nova Carta Magna. É a velha ordem jurídica que está em vigor. Como, então, existir Nova República? Por que não uma ruptura com o regime passado para legitimar? Aí eu a chamaria Nova República com letras maiúsculas e até com alegria, porque realmente desejo ver este País sob uma democracia, democracia onde a participação popular seja um fato, e não apenas uma legenda, um título de jornal ou frase de um discurso de efeito. Mas aguardo, espero. Não vou condenar essa nova ordem. Erros, as pessoas os cometem. Esse foi um erro, um grande erro. O Sr. Presidente deve estar lembrado da sessão — inclusive uma parte V. Exª presidiu — em que foi aprovado, no Senado Federal, o projeto de lei que criava o Estado do Tocantins, que hoje tem o veto a ele apostado, apreciado por este Congresso Nacional.

Não houve, no Senado Federal, reunião mais memorável. Na história do Senado Federal, não houve nada mais memorável. Pode ter havido igual. Presente 60 Senadores, os líderes de todos os partidos, não somente votando favoravelmente, como proferindo belíssimos discursos. Mostraram os Senadores que seguem aquela mesma linha que revela um comprometimento com a causa da liberdade, não somente do povo tocaninense, mas de todas as unidades da Federação nesta Casa, quando foi votado o projeto de lei cujo veto estamos apreciando.

Sr. Presidente, farei uma rápida análise, sem maiores estudos, sem discursos lidos, sem parecer e escritos. A coisa é tão simples! Uma redação, mesmo do maior e melhor jurista deste País, que não deve ter levado mais de 10 minutos, porque depois houve o trabalho de datilografia, não pode enfocar um assunto sobre o qual devemos debruçar-nos para uma análise da maior seriedade. Ora, como vamos levar em conta um parecer que não teve sequer duas laudas, elaborado das 3:30 às 4:00 horas, e exatamente às 16:00 horas já estava sendo assinado pelo Presidente, naquela quarta-feira da Semana Santa, em que crucificaram — ou tentaram crucificar, porque o povo não se deixará crucificar — o povo tocaninense? Não posso analisá-lo com maior profundidade, porque não tenho como. E o parecer do bravo Senador Fábio Lucena é contundente nisto. Estou muito à vontade, porque S. Exª é um homem do PMDB, mas sempre esteve acima de siglas, quando se trata do interesse nacional. Por isso teve eleições tão brilhantes no decorrer de sua vida política.

Sr. Presidente, lamento tenham sido utilizados argumentos tão frágeis, pueris, mesmo, para, apressadamente, decretar uma derrota, a derrota de uma batalha, mas não de uma luta, porque, com fé em Deus e no Parlamento brasileiro, temos a certeza de que, a 15 de novembro de 1986, estaremos elegendo o Governador, o Vice-Governador, três Senadores, oito Deputados Federais e vinte e quatro Deputados Estaduais do Estado do Tocantins.

Tenho a certeza de que o Presidente José Sarney analisará a questão e fará autocrítica, nos seus momentos de prece e oração, após ouvir os líderes que não ouviu — e deveria tê-lo feito; foi mais um erro de S. Exª; deveria ter dado uma satisfação ao Congresso Nacional. Já que S. Exª fala tanto em liberdade, em democracia, em participação, deveria tê-los ouvido. Mas sei que o momento era de muita conturbação, de muita dor. E os que pressionaram o Presidente José Sarney tinham medo da volta de Tancredo Neves, porque este teria cumprido o compromisso assumido no dia 6 de março, não somente de sancionar o projeto — ele já o conhecia e nos ajudara muito na luta pela criação de Estado do Tocantins, quando cumpria o mandato de Deputado Federal. Tancredo Neves era diretamente comprometido com o povo e com as suas cunhas libertárias. Dizia ele — replto — que não somente sancionaria o projeto de lei, como enviaria ao Congresso Nacional mensagem abrindo créditos especiais para a implantação do novo Estado.

Agora, Sr. Presidente, o Presidente da República sabia do compromisso do Chefe da Nação à época, que estava então doente, mas havia notícias alentadoras de que voltaria, ainda naquela semana ou na seguinte, à plenitude de suas condições e assumiria a Presidência da República; talvez por isso as oligarquias apertaram de tal maneira que não houve meios de o Presidente sancionar o projeto, sequer deixá-lo para uma apreciação maior e melhor na semana futura, já que havia prazo. O Congresso Nacional só iria enviá-lo na terça-feira seguinte àquela

quarta-feira em que foram feitas gestões, no Senado Federal, para que o autógrafa subisse. Não fez isso por pressão das oligarquias. E, num ato apressado, S. Ex.^a tenta justificar o veto, sem nenhuma razão de ser. Logo no início de sua mensagem, S. Ex.^a diz:

"Ao determinar que a área constitutiva do novo Estado seja desmembrada do Estado de Goiás, a iniciativa prevê a instalação dos Poderes Públicos, a criação de Patrimônio e Orçamento próprios, além de programas especiais de desenvolvimento e de apoio financeiro para o Estado de Goiás e para o Estado do Tocantins".

Sr. Presidente, isso está na Lei Complementar nº 20, de 1974. Como inconstitucional? Se fosse inconstitucional, apesar de o Congresso Nacional o ter aprovado por unanimidade, não poderia vetá-lo, porque disporíamos dos recursos da Lei Complementar nº 20. Então, tal voto não se justifica. Está previsto na lei que os programas federais, bem como todos os auxílios financeiros — por exemplo, ajuda à destinação de recursos financeiros para a criação de novos Estados — são de obrigação da União. Isso foi esquecido, pois o projeto foi apressadamente analisado. Há, portanto, a Lei Complementar nº 20, tanto é assim que a Lei Complementar nº 31, que cria o Estado de Mato Grosso do Sul, cujo projeto foi copiado para que resultasse na apresentação deste projeto de lei, a que se refere o veto estamos discutindo agora, o projeto de lei que cria o Estado do Tocantins, que levou o nº 1, de 1983 nesta Casa, é uma cópia fiel, porque assim me aconselharam na Assessoria do Presidente da República. Ressalto ainda que a Lei Complementar nº 31 cita a Lei Complementar nº 20, como os demais. O Sr. José Sarney não poderia, pois, dizer isso. Fica mal para S. Ex.^a, que foi Senador tanto tempo, Presidente do Partido, enviou bonitos telegramas a V. Ex.^a, Sr. Presidente, a mim e a todos os nossos correligionários, agradecendo o apoio que emprestamos às decisões sempre democráticas do Partido que ele presidia. Sempre estivemos com o Presidente Sarney nas lutas do povo brasileiro. S. Ex.^a revelou um bom senso, um equilíbrio e conhecimentos profundos; não poderia, pois, assinar tal veto. A Assessoria do Presidente o vendeu, e não poderia tê-lo feito. Sendo início de Governo, entretanto, tem-se de perdoar. Logo em seguida, lê-se, nas razões do veto:

"Como se vê, ao dispor sobre matéria financeira (art. 31), e sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos (arts. 7, 10 e 18), o mencionado projeto atenta contra o disposto no art. 57, itens I e II da Constituição Federal."

Esta é outra coisa que não se pode entender, pois fica mal para o Presidente da República. Vejam V. Ex.^a o que diz o artigo 31, do Projeto de Lei Complementar nº 1, na Câmara, e nº 219, no Senado, que cria o Estado de Tocantins:

"Art. 31. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no orçamento da União, mediante cancelamento de outras dotações, crédito especial no valor de CR\$ 3.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros)"

Repito, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta é uma cópia fiel do artigo que trata do assunto na Lei Complementar nº 31, que criou o Estado do Mato Grosso do Sul. A oposição dirá que aquele artigo era de iniciativa do Executivo. Trata-se de artigo autorizativo, não determinativo, e sabemos que o Presidente não é obrigado a fazer isso. Além do mais, o recurso ficou defasado, porque seguraram o projeto esses anos todos para que, segundo Deputados e Senadores de Goiás, eu não fosse nomeado Governador. O Presidente João Figueiredo tinha um compromisso público nesse sentido e me cobrou, no dia 29 de novembro, quando eu lhe entreguei uma carta, que consta dos Anais do Congresso Nacional, a aprovação do projeto para sancioná-lo. S. Ex.^a queria ter a glória de presenciar a instalação do Estado. Não é possível entender que, depois de tudo isso, tenhamos que aceitar um argumento frágil como esse. Se é autorizativo, não precisava cumprir. Tanto era assim que Tancredo Neves disse — e está nos Jornais Nacionais — que no

dia 7 de março enviaria uma mensagem ao Congresso Nacional, que não só sancionaria o projeto, mas criaria o Estado de Tocantins. Disse ainda que mandaria ao Congresso uma mensagem complementar apresentando críticas para a implantação do novo Estado. Tudo isso indica que V. Ex.^a também não iria cumprir o art. 31, que estava defasado, fora da realidade. Não são três bilhões de cruzeiros. No que se refere à parte de quarenta bilhões, era inconstitucional entregar essa quantia para os programas federais. A Comissão de Constituição e Justiça cortou essa verba com propriedade, mas o Governo tinha realmente de destinar recursos, entretanto, baseado na Lei Complementar nº 20. Tancredo Neves sabia disso: José Sarney, também. Não vou dizer que as alegações apresentadas constituem má fé. Não são um engano ocasionado por tumulto, mas um engano que deixou mal o Presidente da República, já que se utiliza de argumentos fragilíssimos, pueris e apressados. Tem razão o Deputado Jorge Arbage quando diz que o que se desejaria mesmo era matar esse verdadeiro ser vivo que iria levar a mais entilante de todas as estrelas à Bandeira Nacional. É lamentável que tal fato tenha ocorrido. O parecer do Relator, porém, já destrói completamente todos os argumentos do veto.

Agora vem uma parte também pueril, mal informada, que foi o telefonema do Governador — S. Ex.^a andava alegando essas coisas lá no Estado — dizendo que o ICM gerado no Sul do Estado representava 83% do total e que o da Região Norte era apenas de 7%. Já foi demonstrado que não é assim. A verdade é que na Região Norte produzimos hoje mais grãos do que os Estados do Mato Grosso do Sul e do Maranhão — mais de dois milhões de toneladas de grãos; exportamos para o Nordeste, para todo o Sul e para Belém mais de um milhão e duzentos mil bois gordos. É famosa a carne goiana nos açougues e frigoríficos de Belém, uma das mais saborosas do País. Os impostos dessas grandes boiadas vêm sendo recolhidos em Goiânia e em Imperatriz, não na região. E por que? Primeiro, deseja-se a contribuição que diz respeito àquela parte de 20% do ICM que deve ser entregue à Prefeitura; segundo, para demonstrar que nossa região é fraca. O mesmo acontece com os mais de dois milhões de toneladas de grãos que eram comercializados — e estão sendo até agora — em Goiânia. A CFP — Companhia de Financiamento da Produção — do Governo Federal, que compra toda a produção de arroz, de soja, de milho, de feijão não somente do Estado, mas do País inteiro, opera até agora em Goiânia e lá paga o ICM com o intuito de desviá-la das Prefeituras do norte, do nordeste e da área amazônica de Goiás, cujos 60 Municípios desejam libertar-se dessa situação de pobreza, pois contam com um sem-número de desempregados, mais especificamente 310 mil. Há poucos dias, um levantamento indicava, dizia haver 200 mil desempregados. Não, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Recebi há pouco levantamentos feitos por homens, que trabalham comigo e por homens do Governo, constatando que há 310 mil desempregados na região. V. Ex.^as não de convir em que a miséria e a fome campeiam por lá. De sorte que parte do ICM é sonegada às prefeituras, para que se continue vendendo em Goiânia e em Brasília, no IDAGO e no INCRA, as terras do povo da região. Quando chega em Goiânia um grande proprietário, com 10 mil alqueires de terras compradas nos institutos oficiais do País, continua-se dando alvará de pesquisas para as multinacionais. O solo norte goiano, o solo tocaninense — tenho um mapa oficial do CPRM que demonstra o que digo — é um dos mais ricos do País. O povo nortense transita, pisa, passa fome sobre uma das maiores riquezas do mundo, riquezas hídricas, terras fertilíssimas, bela paisagem, além de um sem-número de coisas que tornam aquela região o mais formoso pedaço do Brasil. Lamento dizer que não é verdade, que a arrecadação *per capita* do ICM seja de cento e cinquenta mil e quinhentos cruzeiros em Goiás, enquanto que a do Estado do Tocantins, a do norte e nordeste de Goiás, dos sessenta Municípios que os compõem, chega apenas a quarenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta cruzeiros.

Terminando, quero informar que o economista Célio Costa, filho da região, diretor da Companhia de Desenvolvimento de Goiás, homem do PMDB, uma das lide-

ranças jovens mais respeitadas do Estado, homem que goza realmente de conceito e prestígio muito grandes em Goiás, disse, anteontem, numa reunião de que participou, num debate comigo, em Foz de Iguaçu, que a renda *per capita* no norte e nordeste de Goiás, a "amazônia goiana", na área do Estado do Tocantins, é mais elevada do que a renda *per capita* do Estado de Goiás. Então, assim, destruídos, com palavras de homens do Governo, os argumentos frágeis que trouxeram aqui esta mensagem do Senhor Presidente da República. Demonstra ela um intuito ou de vingança, ou de fazer as coisas mal feitas e mal arrumadas, de não se deter nos problemas para estudá-los. Essa má vontade decretou, na realidade, o veto presidencial ao projeto que cria o Estado do Tocantins. Foi ele uma violência inominável, contra a qual eu me rebelo.

Deixo à Deputada Cristina Tavares, que hoje está na liderança do PMDB, ao seu partido, ao meu partido, aos demais partidos, aquele apelo já feito por S. Ex.^a: vamos reunir-nos para derrubar este veto, prestigiando e fortalecendo a instituição, cuja prerrogativa tem de ser realmente, agora, outorgada pela vontade do povo. Façamos tudo para que esta Nação marche democraticamente rumo aos seus gloriosos destinos.

A Sr.^a Cristina Tavares — Permite-me V. Ex.^a um esclarecimento? Fiz um apelo, e o faço inclusive às Lideranças do meu partido, no sentido de que o veto seja apreciado, mas não com as cadeiras vazias. Não fiz necessariamente um apelo pela rejeição do veto. Pedi que ele seja apreciado e deixemos clara a prerrogativa do Congresso Nacional para rejeitar ou aceitar um projeto, mas nunca com cadeiras vazias, num assunto tão importante.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — Dou inteira razão a V. Ex.^a, porque, se pedisse que só compareçam aqueles que votarão favoravelmente à derrubada do veto, eu estaria demonstrando formação ditatorial. O que V. Ex.^a pede é o que quero: que os Srs. Congressistas venham apreciar, que não deixem, matéria alguma sem ser estudada. Peço que não deixe de haver uma deliberação do Congresso após longos debates, para evitarmos um prejuízo para o povo.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância a V. Ex.^a e aos colegas que me ouviram, e quero deixar registrado a minha confiança em que estarão presentes às sessões convocadas para continuar a apreciar este projeto todos os integrantes do Congresso Nacional. Mostraremos desta forma ao Executivo que estamos realmente numa hora de democracia. Este é o entendimento dos meus nobres pares.

Desejo ainda agradecer a quantos contribuíram para a aprovação do projeto e a todos aqueles que nos ajudam na apreciação desse veto e na luta libertária do povo do norte-nordeste do Estado de Goiás, o povo do futuro Estado do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Continua em discussão. (Pausa).

Não havendo mais quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

A matéria vetada exige *quorum* de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação. Dada a inexistência desse *quorum*, deixa de ser procedida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto)

Item 2:

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 1984 (nº 3.472/84, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que fixa os valores de retribuição do Grupo-Atividades de Fiscalização de Combustíveis, do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências, tendo

RELATÓRIO, sob nº 14, de 1985-CN, da Comissão Mista.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Congressistas solicitando a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nos termos do § 3º do art. 51 da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 12 horas e 27 minu-

tos neste plenário, destinada à discussão dos seguintes Projetos de Lei:

Nº 4, de 1985-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial até o limite de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros) para o fim que especifica — 3ª sessão; e

Nº 5, de 1985-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial até o li-

mite de Cr\$ 654.700.000 (seiscentos e cinquenta e quatro milhões e setecentos mil cruzeiros) para o fim que especifica — 2ª sessão.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 25 minutos)

Ata da 125ª Sessão Conjunta, em 29 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS HORAS E , ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hêlio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — César Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Murilo Badaró — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Feraz — PMDB.

Ceará

Claudino Sales — PFL; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PFL; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; José Thomaz Nonó — PFL.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PFL.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Gorgônio Neto — PDS; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Álvaro Valle — PFL; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Darclio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruena — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PFL; Rubem Medina — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Bacarini — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Mafuf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Ramundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Mação Tadano — PDS; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Otávio Cesário — PDS; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Pedro Colin — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Florice-no Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mar-

dini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratin de Moraes — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusa o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 264 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Armando Pinheiro.

O SR. ARMANDO PINHEIRO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não poderia deixar de trazer aos Anais desta Casa a notícia, muito pesada para nós, brasileiros, especialmente os de São Paulo, da morte de um grande araraquense, meu conterrâneo, homem que teve grande ascensão na área empresarial e política, homem que se caracterizou pelo espírito humanista e que granjeou a admiração, a simpatia do seu povo, pela generosidade de todas as suas atitudes. Refiro-me à figura ilustre de Wilton Lupo, um homem de Araraquara, que ontem faleceu e cujo fêretro se realizará hoje naquela cidade.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, trago minha palavra de profundo pesar, a homenagem póstuma, a palavra do Congresso Nacional dirigida à família do ilustre morto,

aos araraquenses, aos paulistas e a todos os brasileiros que conheceram Wilton Lupo, que o admiraram em vida e que reverenciavam, agora, a sua memória.

Deixa ele um profundo vazio, e nós, membros do Congresso Nacional, não poderíamos deixar de transmitir a todas famílias daquela cidade o nosso voto de profundo pesar, na certeza de que o exemplo de vida que foi Wilton Lupo ficará perenemente gravado para as futuras gerações, como o paradigma de cidadão, de empresário, de político, de homem público devotado integralmente ao bem da sua comunidade.

Lembramos que Wilton Lupo foi irmão de um Deputado Federal, já falecido, o saudoso ilustre Deputado Aldo Lupo, que honrou esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrado o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à votação do Projeto de Resolução nº 3, de 1983-CN, que delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da Previdência Social e da legislação do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra a nobre Deputada Cristina Tavares, para uma questão de ordem.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Sr. Presidente, sendo evidente a falta de quorum, peço a V. Exª que encerre a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Em obediência ao texto do Regimento e como não há, realmente, em plenário, número de Deputados e Senadores para o prosseguimento da sessão, vamos encerrá-la.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 30 minutos.)

Ata da 126ª Sessão Conjunta, em 29 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 15 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Murilo Badaró — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Chagas Vasconcelos — PMDB; Claudino Sales — PFL; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PFL; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurício Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nondó — PFL.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PFL.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antonio Osório — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamin — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leir Lomanto — PDS; Manoel Novais — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildário de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stelio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Álvaro Valle — PFL; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Leo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Jurema — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PFL; Rubem Medina — PFL; Saranago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sesum — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Pals — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cláudio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Emílio Haddad — PDS; Fued Dih — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro —

PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Uliasses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabuhni Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novais — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genóino — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Ramundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Acha — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Canado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Itarival Nascimento — PMDB; João Livino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Maçu Tadiano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Klüner — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Leo Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johansson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Sanunho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Válmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Fernando Bastos — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Pedro Colin — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Martini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Facioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Declaro aberta a presente sessão solene que, atendendo a desejo expresso de ambas as Casas do Congresso Nacional, se destina a reverenciar a memória do Presidente Tancredo de Almeida Neves.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Pimenta da Veiga. Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro na Câmara dos Deputados.

O SR. PIMENTA DA VEIGA (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente do Senado Federal, Srs. Congressistas, Srs. Ministros de Estado, Representantes do Corpo Diplomático, autoridades civis e militares, Dona Risoleta Neves e demais familiares do Presidente Tancredo Neves, minhas Senhoras e meus Senhores.

Tancredo Neves se foi.

O Brasil, na alusão da saudade, dissipou suas dúvidas e se consolidou na fraternidade. A Nação que se preparava para uma grande festa viveu intensamente a comoção do enterro. E não de um enterro qualquer, mas exatamente o daquele homem que conseguiu fazer o País sair do autoritarismo para a democracia, da tristeza do despotismo para a alegria da liberdade; da desesperança para a fé, da hesitação para a coragem; tudo pela força de sua própria crença e da confiança que impunha.

Tancredo percorreu, com rara competência, todas as reentrâncias da vida pública. Em todos os cargos dignificou, como ninguém, a atividade política.

Venceu todos os percalços em sua longa trajetória política sem se impacientar, sem perder a coerência e sem se desviar dos estreitos e exclusivos caminhos da ética.

Perdoava seus detratores eventuais e até compreendia-lhes as franquezas, aconselhando-os, muitas vezes, a se portarem com dignidade, como se lhe incomodasse mais o erro alheio do que a própria agressão sofrida.

Tancredo era um homem que sabia combinar, em uma só visão de análise, a razão cósmica e o interesse da aldeia, a experiência histórica do Estado e a reivindicação, por menor que fosse, de seu interlocutor. Era essa agilidade mental, apoiada na coerência ética, que o fazia capaz de enfrentar os mais difíceis episódios políticos, sem perder a tranquilidade e sem violar as leis de sua própria coerência.

Dedicou-se, por inteiro, à tarefa superior de instalar em seu país um regime de liberdade e, para seu povo, uma democracia social, onde todos pudessem ter direito e acesso aos mesmos bens.

Tancredo foi um político hábil, conhecedor das qualidades e dos vícios de seus contemporâneos, sabiamente tolerante no acessório e intransigente no substantivo.

Atencioso e extremamente agradável por sua inteligência penetrante, pelo comentário adequado e oportu-

no aos ouvidos de seu interlocutor, distinguia-se por dar sempre a sensação de que dispunha de todo o tempo para ouvi-lo, ainda que, na realidade, já não lhe restasse nem um instante para aquele entendimento.

Ninguém mais do que ele temia os riscos de uma crise política. Prevê-la com precisão, advertia contras os seus perigos, buscava desarticulá-la com boa antecipação.

Mas, chegada a crise, ninguém melhor do que ele sabia domá-la. Era como se houvesse sido designado para vir à Terra como um emissário da concórdia.

Desfazia, com a palavra mansa e os gestos abertos, enganos e intrigas, restaurava amizades, reconstruía pontes políticas e, depois, com a mesma tranquilidade, deixava a cena, em busca de outras tarefas.

Cuidava a palavra como o catedral maior do homem público. Sabia que o silêncio pode ser dúbio, mas a palavra é denunciadora implacável dos sentimentos. Por isso, nas horas mais tensas do debate, refrava os vocábulos, e, se o recurso à ironia tornava-se imperativo, aliviava a acidez com uma boa observação piedosa.

Poucos homens públicos dominavam tão bem o conhecimento sobre o nosso País. Jornalista e advogado, em sua juventude, trouxe, das duas atividades, inquietação espiritual que o fazia caminhar em todas as direções da sabedoria.

Respondia com números e fatos a todas as indagações sobre política e economia, instituições jurídicas e os problemas básicos do País. Mas, se lhe perguntassem sobre história e as relações internacionais, igual seria a sua facilidade de resposta.

Ele era um homem afeto a visitar todas as instâncias da razão e, por isso mesmo, tão desconfiado diante das verdades postas.

Seu apelo à Província era o lastro essencial da carreira que construiu no cenário político nacional. Em alguns aspectos era um dos últimos varões de Minas, portador de antigos pudores, e orgulhoso herdeiro da postura ética de homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Teófilo Ottoni e João Pinheiro.

Os homens, na sua concepção política, devem ter raízes bem profundas na terra. Não deixava de voltar sempre à sua São João del Rei, de cuja política se inteirava com atenção dedicada, e Minas era a fonte permanente de sua renovação cívica.

Mas, acima de tudo, Tancredo foi um destemido cavaleiro da liberdade.

Nenhuma razão se erigia maior em seu espírito do que essa autonomia dos seres e dos povos, do que a rebeldia das identidades e do direito da própria razão frente ao despotismo dos tiranos ou à insânia dos demagogos.

Assim era e assim é, na força irredutível de sua memória na alma do povo que o seguiu e segue, o homem de Minas, do Brasil e do nosso tempo, Tancredo Neves. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao eminente Senador Amaral Peixoto, que, como Presidente do Partido Democrático Social, falará em nome das bancadas do Senado e da Câmara.

O SR. AMARAL PEIXOTO (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, nobres Senadores, nobres Deputados, Sr. Risoleta de Almeida Neves e demais familiares do saudoso nosso Presidente Tancredo Neves, Srs. Ministros de Estados, Srs. Embaixadores.

Minha amizade com Tancredo Neves consolidou-se, de maneira definitiva, em instante trágico. Ocorreu por ocasião do seu emocionado discurso, em agosto de 1954, no enterro de Getúlio Vargas.

Naquele momento, eu não poderia jamais supor que, anos depois, seria convocado para, em sessão solene do Congresso Nacional, falar, em nome do Partido Democrático Social e de minha Bancada na homenagem póstuma a Tancredo Neves.

Mas do que o dever da representação partidária se justifica, de minha parte, o desempenho dessa missão. Nossa vida pública, a partir dos anos 50, transcorreu de maneira mais ou menos paralela. Eu, Presidente Nacional do Partido Social Democrático; Tancredo, emergindo dentro da seção mineira do Partido, crescendo pelo seu talento, impondo-se pela sua probidade, inteligência e pela sua devoção à causa pública, qualidades que o leva-

riam, em 1953, ao Ministério da Justiça, onde na verdade, sem que ele mesmo sentisse, preparava o seu ingresso e a sua presença maior em nossa história política contemporânea.

A lealdade comum a Getúlio Vargas uniu-nos, nesses longos anos, mesmo quando política e partidariamente separados, juntos havíamos vivido as ansiedades e preocupações de 1954, temendo não só a tragédia que acabaria por atingir o Presidente, mas tudo aquilo que pudesse ferir, ainda mais do que já havia sido ferido, a vida institucional do País. Nesses Dramáticos momentos se tornou possível, para mim, perceber com nitidez sua integridade de caráter.

Muito se escreveu sobre o homem cuja memória hoje reverenciamos. Quero citar aqui exatas e judiciosas afirmações de um artigo do Prof. Celso Lafer.

“Tancredo” — escreve Lafer — “era um obstinado paciente. A sua vontade adquiria consistência ao superar as resistências com inteligência, que é a faculdade de compreender, Inteligência, etimologicamente, vem do Latim e significa ler entre. Tancredo era superiormente inteligente. Sabia ler as linhas e as entrelinhas; discernia o texto, o contexto e o subtexto.

Tancredo era um democrata. Ele sabia que a democracia é muito mais que a prática de eleições e o Governo da maioria: É um código moral caracterizado pela virtude, pelo escrupolo, pelo senso cívico e pelo respeito ao adversário.

No entanto, Tancredo era mais do que um homem de transição. Era uma ponte — mas não apenas isso. Entendia que a ordem não é a pressão que se exerce sobre a sociedade, mas o equilíbrio que é gerado no seu interior.

Por isso, ele encarnou a mudança e a reforma” — afirma Celso Lafer.

Sereno conciliador — porém firme quando se fazia necessário —, pragmático, sem fugir aos compromissos da honradez, Tancredo utilizava constantemente todas estas qualidades na defesa dos princípios que considerava imprescindíveis, juntos participamos de campanhas memoráveis. Para mim teria sido uma das mais significativas, se tivesse eu obtido êxito na defesa que fiz, dentro do PSD, para que fosse Tancredo Neves o candidato do Partido à sucessão de Juscelino Kubitschek na Presidência da República.

E era no momento de crise que a nossa unidade, na ação comum, tornava-se mais insólvel. Lembro-me, agora, para me deter em um fato, do mês de agosto de 1961. Jânio renuncia à Presidência da República. A Nação mergulha em perplexidade. Era necessário evitar o caos. O veto ao substituto constitucional obrigava os políticos a encontrar a solução mais adequada para superar a crise. A Emenda Constitucional que implantou o Parlamentarismo foi a estratégia escolhida. Logo após aprovada, o Presidente Ranieri Mazzilli solicitou-me que fosse a Montevideu, onde se encontrava o Vice-Presidente João Goulart, para informar-lhe dos fatos ocorridos e definir sua chegada ao País e conseqüente posse. Ponderei que, pelas circunstâncias, não deveria sair de Brasília. A situação ainda era tensa e remanescentes de resistência teriam ainda de ser superados. Na minha qualidade de Presidente do Partido Social Democrático era melhor permanecer, pois ao PSD estava reservado o principal papel na luta para superar os antagonismos. Sugeri, então, ao Presidente Mazzilli o nome de Tancredo Neves, que foi prontamente aceito. E este, mais uma vez, exerceu, com dignidade e honradez, como do seu feito, a missão a ele confiada.

Imediatamente após seu regresso de Montevideu, Tancredo Neves envolve-se no desafio da solução do nome para Primeiro-Ministro do Parlamentarismo então implantado. Era outro impasse, e um novo momento difícil para a vida nacional. Orgulho-me de afirmar que a Bancada do PSD, chamada para indicar nomes, encontrou em seus quadros, entre tantos outros, dois que honrariam qualquer cargo que viesse a ocupar: Tancredo Neves e Gustavo Capanema, cujas mortes por coincidência ocorreram recentemente. Tancredo Neves foi escolhido Primeiro-Ministro, e o exame de sua gestão revela que sua sensatez, descortino, visão dos grandes problemas marcaram aquele período de Governo por decisões que

até hoje perduram — como algumas leis delegadas — e colaboraram na solução das questões nacionais.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Nação ainda está consternada pela perda do homem público, abatido pela sentença inexorável da morte, no momento de assumir a Presidência da República.

A grandeza humana e política de Tancredo Neves transcende às emoções inevitáveis em momentos solenes de glorificações inesquecíveis. Sua longa vida pública constituiu-se de um imenso acervo de combates e definições, marcados por demonstrações permanentes de coerência e de fidelidade aos homens nos quais acreditou e às idéias que sustentava com veemência, coragem e obstinação.

Candidato a Presidente da República, em pleito definido por limitações das quais discordava, mas que passou a aceitar como alternativa pacífica e racional de transição política, Tancredo conseguiu obter da maioria dos brasileiros a legitimidade indispensável do cumprimento de um mandato, que iria destacar-se pelo reencontro da Nação com suas aspirações de restauração da legalidade democrática, em sua plenitude.

Dura prova passou nossa amizade, quando da última sucessão presidencial. Foi à minha casa e conversamos longamente. Expôs as razões que o levaram a ser candidato. Não precisava dizer o que pretendia fazer no Governo, porque isso eu sabia, pois o conhecia muito bem. Respondendo, falei das minhas dificuldades. A minha formação política impedia-me de ir contra o partido a que estava filiado e abordei outros motivos que tolham o meu natural desejo de caminhar ao lado do amigo. Mas declarei, “Será difícil votar em você, mas, muito mais difícil, será votar contra você”. Muitos não terão compreendido minha posição, mas ele compreendeu, tanto que cinco dias antes da eleição fez questão de voltar à minha casa para almoçar, na companhia dos velhos companheiros Ulysses Guimarães e Nelson Carneiro.

Quando eleito enviou-me um telegrama: “de todo o coração almejo-lhe o mesmo êxito que desejaria para mim, caso estivesse em seu lugar, não é por nós, é pelo Brasil e seu sofrido povo”. Recebi uma resposta muito formal, protocolar, anonimamente redigida que, de certo modo, me decepcionou. Mas logo depois chegou outro telegrama. Este, sim, era de Tancredo. Afetuosa e comovidamente recordava os lances vividos juntos e mostrava que a minha mensagem realmente o sensibilizara.

Receio estar falando demais a meu respeito, dos meus encontros, das minhas lutas ao lado de Tancredo Neves.

Não é um sentimento de promoção pessoal. Mais do que o político, ocupa esta Tribuna o companheiro e o amigo. Aqui, nesta Brasília, nos anos que se seguiram à sua inauguração, vivíamos juntos, longe das famílias, acampados em nossos apartamentos, conversando, almoçando e jantando na casa, de uns ou de outros, ou em restaurantes. Sempre juntos, sempre recordando o passado ou pensando sobre o futuro Tancredo; Ulysses, Nelson Carneiro, eu, Pacheco Chaves, João Menezes e o bravo e saudoso Martins Rodrigues. Por vezes, outros apareciam: Alkmim, Joaquim Ramos, Renato Archer e, um pouco mais tarde, Pedrosa Horta. A convivência consolidava as amizades e o viver político. Se as nossas conversas tivessem sido gravadas teríamos, por certo, uma valiosa contribuição à história política do Brasil, em agitado período da vida republicana.

Foram todos estes motivos que me levaram, pela primeira vez em minha longa atividade parlamentar, a solicitar para ser o orador, em uma sessão solene do Congresso, em nome do Partido Democrático Social e de minha bancada.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a vida dos grandes homens públicos não é conduzida com êxito sem, pelo menos, dois suportes básicos, que consistem, simultaneamente, no estímulo da opinião pública e nas bases indestrutíveis de um lar formado no culto da tradição, do respeito pelo passado e plena conjugação de valores que associam os compromissos da vida pública com as tarefas que decorrem dos encargos de família.

A política é cheia de exemplos, nos quais as mulheres acompanham os sacrifícios dos maridos, nas suas horas mais tragicamente difíceis.

O País inteiro comoveu-se com o sofrimento de Dona Risoleta Neves e sofreu, junto com ela, a agonia de um homem que o povo desejou para engrandecer a sua Pá-

tria, dar segurança aos seus destinos e restaurar suas expectativas de redenção democrática. Dona Risoleta exerceu uma responsabilidade edificante no desenrolar dessa luta. Suas demonstrações de coragem, de serenidade nas atitudes, de determinação nos objetivos e abnegação diante da dor criaram em torno dessa nobre dama uma atmosfera de carinho e afeto com poucos precedentes nos episódios críticos da História do Brasil.

Recordo-me de que, procurada por um homem do povo, que desejava consolá-la mas na verdade carecia ele próprio de consolo, Dona Risoleta ouviu pacientemente seus queixumes, mas terminou o encontro com estas firmes palavras: "A vida tem que continuar". Eu diria, baseado em sua sabedoria, que o País tem que continuar no seu caminho histórico.

Vivemos um momento de perplexidade. Não obstante, mais do que nunca, todos nós, homens de responsabilidade política e todo o povo, que constituí o alicerce de nossos mandatos e o principal crítico de nossas posições e de nossas atitudes, devemos nos inspirar no exemplo de Tancredo Neves, no qual a moderação fixava-se como um dos principais elementos de fortalecimento da prática democrática.

A morte de Tancredo Neves, além de uma tragédia pessoal, é também uma tragédia social, pois cria um imenso vácuo. Mas a Nação não ficou prostrada. Sua morte não interrompeu nem sequer abalou a confiança dos brasileiros na preservação da normalidade democrática. Em respeito à sua memória e aos seus abnegados esforços, é nosso dever lutar por estes postulados. Sem renunciar às nossas posições, programas e comportamentos, o Partido Democrático Social, respeitando as divergências que nos separam de nossos adversários, porque a pluralidade das idéias é a essência da própria democracia, entende ser necessário, mais do que nunca, que nos objetivos se identifiquem. Os interesses do Brasil e a estabilidade do regime e das instituições políticas são pontos comuns e maiores de nossas preocupações e problemas igualmente inseparáveis de nossas consciências.

Será esta a homenagem mais justa e mais legítima que podemos prestar ao Presidente Tancredo Neves. A certeza de que, morrendo como morreu, fez renascer a fé, mas principalmente reabilitou a política e os políticos no conceito do povo. Temos o dever de ser dignos do seu sacrifício.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Já me alonguei em demasia nesta homenagem ao homem público e ao amigo, compreensivelmente tocado pela emoção de quem com ele conviveu durante tão longo período.

Desejo buscar em um dos discursos de Tancredo Neves um final para estas minhas palavras. E as encontro quando, na Câmara dos Deputados, manifestou-se sobre a morte do também inesquecível Juscelino Kubitschek. Tancredo procurou nos clássicos a homenagem maior, e encontrou na tragédia política de Shakespeare, quando do discurso de Marco Antônio, diante do cadáver de César, o testemunho que desejava, e que agora repito emocionado: "Dos nobres era o mais nobre. A sua vida era pura. Os elementos que compunham o seu ser de tal forma nele se conjugavam que a Natureza inteira poderia levantar-se e bradar ao Universo: 'Aqui está um homem'". (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no Senado Federal.

O SR. HUMBERTO LUCENA — (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso). — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Fragelli, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, demais Membros da Mesa, Srs. Ministros de Estado, Srs. Embaixadores e demais Membros do Corpo Diplomático Estrangeiro, Srs. Congressistas, Ex^{ma} Sr^a Risoleta Neves e estimados familiares do Presidente Tancredo Neves, pouco mais de um mês nos separa do último 21 de abril, quando nos deixou o saudoso e inesquecível Presidente Tancredo Neves.

Tenho bem viva na memória a trajetória por ele empreendida desde o Palácio da Liberdade: a campanha gloriosa, a eleição consagradora, a viagem ao exterior plena de êxitos e os contatos para a formação do Ministério da Nova República, de repente, o susto na noite de

14 de março, a lenta e penosa agonia de 40 dias e, finalmente, o descanso que somente a eternidade viria dar-lhe. Tudo parece, até hoje, um terrível pesadelo. "Acabou-se o sonho, agora é a realidade", como bem sintetizou D. Risoleta, na semana passada.

Não posso, portanto, esconder a minha grande emoção ao falar de Tancredo Neves, amigo e companheiro de tantas jornadas. Deputado Federal, conheci-o em 1959, correligionário no antigo PSD e, no conturbado ano de 1963, fui seu primeiro Vice-Líder da Maioria na Câmara dos Deputados. Nos 26 anos que se passaram desde então, as circunstâncias políticas nos colocaram permanentemente do mesmo lado, e, durante todo esse tempo, só cresceram meu respeito, minha admiração e minha amizade para com aquele cuja ausência sentimos tão profundamente e a quem o Congresso Nacional reverencia hoje com a imensa saudade que tanto conflagra o nosso coração.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para enaltecer a figura do político e estadista Tancredo Neves, bastaria relacionar as inúmeras funções públicas que lhe foram confiadas ao longo de sua vida. Haverá entre nossos contemporâneos relação tão rica, tão completa e tão fortemente eloquente? Vereador e Presidente da Câmara Municipal de São João Del Rei; Deputado Estadual, relator da Constituinte mineira de 1947 e Líder do PSD na Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Deputado Federal, Presidente da Comissão de Economia e Líder da Maioria e do MDB na Câmara dos Deputados; Senador, Diretor e Presidente do Banco do Brasil e Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Promotor de Justiça, Secretário de Estado em Minas Gerais, Ministro da Justiça, Primeiro Ministro no Regime Parlamentarista, Governador de Minas Gerais e, finalmente, Presidente eleito da República.

Não bastassem todos esses cargos, que sintetizam a sua participação na vida nacional nos últimos cinquenta anos, poderíamos relembrar o caráter conciliador da atuação política de Tancredo, buscando a solução negociada em vários momentos de crise político-institucional, nos quais sua presença foi absolutamente decisiva.

A História registra, por exemplo, o papel que Tancredo desempenhou na solução da crise desencadeada pelo veto à posse do Vice-Presidente João Goulart na Presidência da República após a inesperada renúncia de Jânio Quadros em 1961. Convocado pelas lideranças políticas, Tancredo Neves foi ao encontro de João Goulart no exterior e certamente evitou um confronto fratricida de proporções imprevisíveis, assegurando o respeito à lealdade constitucional com a posse do então Vice-Presidente da República, mesmo sob a égide do parlamentarismo caboclo.

A História certamente registrará, também, o papel ímpar de Tancredo ao personificar, como nenhum outro, a síntese da vontade nacional na superação pacífica e negociada dos vinte anos de autoritarismo por um projeto de democracia — a Nova República — que estamos agora construindo.

Foram sua perseverança, sua vontade, seu talento e sua habilidade política que possibilitaram a articulação da grande frente nacional em que se transformou a Aliança Democrática, liderada por Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves no bojo maior do movimento de massas a que esse País já assistiu — a campanha das "Diretas Já". Comprometida com mudanças verdadeiras, a Aliança Democrática que Tancredo encarnou, busca a consolidação das instituições democráticas, a retomada do desenvolvimento econômico e a realização da justiça social no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não há dúvida que fatos como os mencionados seriam o bastante para homenagear e enaltecer a figura de político e estadista de Tancredo Neves. Pretendo destacar, no entanto, um aspecto que me parece particularmente importante na sua vida e na sua conduta política.

Afirmou ele, certa vez, em entrevista:

"Sou pragmático e conciliador na ação, mas ao mesmo tempo inflexível em matéria de princípios, sempre que se transige em princípios, ganha-se num episódio, mas apenas num episódio, perde-se em substância, e permanentemente."

Lembro alguns episódios que revelam esse "outro" lado de Tancredo Neves, pois sua imagem pública de

conciliador muitas vezes esconde o político que não transigia com os princípios, que preferia ficar só mas não abdicava de suas convicções, que buscava sempre a coerência do exemplo na ação política.

Na grave crise de agosto de 1954, que culminou com o sacrifício de Getúlio Vargas, a lembrança que fica é a solidariedade do Ministro da Justiça Tancredo Neves ao Presidente, noite a dentro, na memorável reunião ministerial, quando muitos se omitiam ou capitulavam. Não era apenas a irrestrita fidelidade ao líder; era, também, a convicção do democrata que antecipava as profundas implicações políticas, econômicas e sociais do golpe de estado em andamento.

Dez anos depois, trinou o Movimento de 1964. Infelizmente, a deposição do Presidente constitucional foi consumada, em seu sentido formal, pelo então Presidente do Congresso Nacional ao declarar vago o cargo de Presidente da República, embora soubesse oficialmente, além de ser do conhecimento público, que o Presidente João Goulart permanecia em território nacional e, portanto, na plenitude de seus poderes constitucionais. A explosão parlamentar, naquele momento, é indescritível. Lembro o Líder Tancredo Neves aos brados, encarnando no Congresso Nacional, a revolta que sacudia a consciência democrática do País. Não é possível esquecer a altivez da indignação de Tancredo contrastando com o silêncio conivente de outras expressivas lideranças da época. Horas antes, Tancredo estivera na Base Aérea de Brasília, levando sua solidariedade ao Presidente João Goulart, que viajava, acompanhado de seus Ministros, para Porto Alegre. O aeroporto em pouco tempo ficara deserto, mas Tancredo permaneceu até o último instante da despedida dramática.

Após a deposição do Presidente João Goulart, o Congresso reuniu-se para defender o nome do Marechal Castello Branco na Presidência da República. Coube ao PSD, partido de Tancredo, indicar para Vice-Presidente, José Maria Alkimim, seu conterrâneo e amigo. Entretanto, o alto sentimento de lealdade e a firmeza do Líder do presidente deposto levaram-no, junto a outros companheiros — entre os quais me incluo — a abster-se de votar.

Posteriormente, na reorganização partidária, foi insistentemente convidado por emissários do Presidente Castello Branco a integrar os quadros da ARENA. Muitos dos seus companheiros atenderam ao aceno sedutor do poder, menos Tancredo Neves. Quando então foi constituído o MDB, como único espaço possível da resistência democrática, Tancredo lá estava como um dos poucos fundadores. Mais uma vez, tive o orgulho e a honra de estar a seu lado. Tancredo soube exercer, ao longo de todos esses anos, com inequívoca sabedoria, o duro ofício de oposição ao regime autoritário.

Em 1976, quando o ex-Presidente Juscelino Kubitschek morreu, exilado em seu próprio País, uma das vozes que mais alto se elevou no Congresso Nacional fazendo o elogio fúnebre do morto ilustre foi, mais uma vez, a de Tancredo Neves.

E, no sepultamento do ex-Presidente João Goulart em São Borja, Tancredo era, na verdade, a única liderança nacional presente. À beira do túmulo, sua palavra se elevou na última e respeitosa homenagem ao Presidente deposto que morrera ali perto, na cidade argentina de Corrientes, impedido de voltar a sua terra natal.

Esses episódios, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mostram, de forma inequívoca, o lado da intransigência democrática de Tancredo Neves. São momentos marcantes da nossa história política recente, onde a presença de Tancredo representa a presença de um político e de um estadista que durante toda a sua vida conciliou e negociou quando foi possível, mas que jamais transigiu ou abdicou dos princípios de lealdade, de coerência e de democracia. É esse, sem dúvida, o maior legado de Tancredo Neves à Nação brasileira.

Não é, portanto, a homenagem póstuma que me faz colocá-lo no pedestal dos incomuns. É toda a sua vida pública marcada pelo traço indelével da dignidade política.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estimados familiares do Presidente Tancredo Neves, no discurso que fez

logo após a sua eleição à Presidência da República, afirmava o Presidente Tancredo Neves:

"A política, tal como a entendemos, é a mais nobre e recompensadora das atividades humanas. Servir ao povo reclama dedicação incansável, noites indormidas, o peso abrasador das emoções. São muitos os que sucumbem em pleno combate, legando-nos o exemplo de seu sacrifício pela Pátria."

Não podia imaginar que, dentro de pouco mais de três meses, ele próprio "sucumbira em pleno combate, deixando-nos o exemplo de seu sacrifício pela Pátria", entronizado pelos brasileiros como um herói e um mártir no altar cívico da Pátria.

Foi-se um dos maiores paladinos da liberdade e da democracia e o artífice da Nova República. Fica, entretanto com os seus pósteros, e sobretudo com os seus companheiros da Aliança Democrática, sob o comando competente e firme do Presidente José Sarney, o compromisso de seguir o seu exemplo de luta e de sacrifício pelo bem-estar da Nação brasileira.

Cumpra-me, ainda, saudar essa mulher extraordinária que partilhou as glórias e as angústias de Tancredo e que em toda a dolorosa trajetória que o levou à morte inesperada e traumática para a Nação, deu a todos os brasileiros uma demonstração inequívoca de fé e de dedicação ao seu esposo, amigo e companheiro de tantos e tantos anos de vida. A Dona Risoleta Neves a homenagem da bancada do PMDB no Senado, que, tenho certeza, é também a homenagem dos cento e trinta milhões de brasileiros que hoje vêem nela o símbolo maior da tenacidade e da bravura da mulher brasileira.

Sobre Tancredo Neves cabe finalmente repetir a frase póstuma esculpida em bronze no pedestal do grande João Pessoa, irmão dos ideais cívicos dos mineiros, em 1930:

"Vivo, não te venceram;
Morto, não te vencerão."

Era o que tinha a dizer. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aécio Cunha, que falará em nome da Bancada do Partido da Frente Liberal, na Câmara dos Deputados.

O SR. AÉCIO CUNHA (PFL — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Fragelli, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, Sr. Representante do Presidente da República, Ministro José Hugo Castelo Branco, Srs. Ministros de Estado, Srs. Governadores, Srs. Embaixadores, Srs. Congressistas, representantes da Imprensa, autoridades presentes, minhas Senhoras, meus Senhores, este é para mim um momento de intensa emoção e saudade, quando, por honrosa deferência do Líder José Lourenço, ocupo a tribuna da Câmara dos Deputados para, em nome do Partido da Frente Liberal, participar das justas homenagens que o Congresso Nacional presta, na tarde de hoje, ao inesquecível Presidente Tancredo Neves.

Manda a verdade que eu diga, a par da subida honra de representar o meu partido, que, em articulação com o PMDB, construiu a Aliança Democrática, suporte político fundamental para assegurar a vitória dos candidatos Tancredo Neves e José Sarney; um outro motivo, de natureza pessoal, faz com que neste instante vibre a mais distante corda da minha sensibilidade.

É que os trinta anos de convivência diuturna com Tancredo Neves, em longos períodos, deram-me a exata dimensão do homem que aprendi a estimar e do estadista que sempre soube admirar.

Por isso mesmo ousou assegurar que nenhum outro local mais adequado seria do que este para o reconhecimento e a proclamação dos méritos desse brasileiro invulgar. O Congresso Nacional reencontra-se consigo mesmo no momento em que evoca e cultua a memória do grande Líder, testemunha reverente que foi de sua atuação neste recinto, a que sua presença conferia uma maior dimensão de grandeza.

Este era o ambiente à sua feição.

Amante da concepção democrática, servidor da pregação liberal, foi nesta Casa que o seu idealismo melhores condições de afirmação e convivência encontrou, embora tenha servido sempre à sua gente e à sua Pátria com devoção e inextinguível zelo em todos os encargos a que a vida pública o conduziu.

Homem de pensamento, de vida interior intensa e profunda, as paragens em que o seu espírito se comprazia era as do convívio da inteligência, o comércio das idéias, o debate ameno e respeitoso, o diálogo da paz.

Sabia-lhe melhor o desempenho da tolerância do que a prática radical dos atos de mando.

A radicalização das posições e das atitudes contou sempre com a sua condenação.

Para Tancredo Neves radicalização e liberdade se extremavam e só na defesa desta última não transigia.

Mas a causa primeira da sua profunda identificação com o Congresso Nacional estava na sua própria condição de político. Tancredo Neves foi única e simplesmente político na mais extensa e iluminada acepção do termo.

De um dos seus brilhantes discursos de homenagem a um vulto da nossa história, redigido no apartamento que dividíamos aqui em Brasília, extraio alguns trechos que confirmam o alto apreço em que mantinha os seus companheiros de atividade política.

São do Presidente estas palavras:

"O duro diagnóstico de Alberto Torres, aprofundado e ampliado por Oliveira Vianna abriu o debate que ainda hoje perdura, sem que se possa antever para breve a sua conclusão; o do conflito estridente entre o apriorístico do nosso arcabouço jurídico constitucional e a incoercível realidade geográfica, social e econômica do Brasil.

Os sociólogos entumesceram as vagas e arremesaram de encontro aos arrecifes da Revolução de Trinta toda uma geração de eminentes homens públicos, destruindo a beleza de suas convicções, a fé republicana que os animava e a crença inabalável nos princípios do liberalismo político.

Uma nova geração surgia, uma outra mentalidade se impunha, as ideologias irrompiam ruidosamente, toda a problemática nacional era revisada e novas equações se armavam na busca incansável de solucionar as nossas angústias e a frenética procura de critérios inéditos para interpretações de nossos enigmas."

Os políticos deixaram aos sociólogos a abertura dos caminhos, e estes prepararam o advento dos economistas, que são hoje, como observou Afonso Arinos, "o elemento predominante no quadro político". Mas não haverá nunca democracia sem políticos, repetia Tancredo Neves. Incompreendidos, injustiçados, por vezes marginalizados, eles serão sempre os mediadores entre o arbítrio e a democracia, o liame entre governantes e governados, os patronos dos ideais do povo junto aos poderes da Nação. Os insubstituíveis intérpretes das aspirações das comunidades na justiça, na administração e no Parlamento.

Tancredo Neves foi sempre um político, e creio que disto se orgulhava.

Como político pregou com a palavra e o exemplo que a tarefa mais importante do homem público é a sustentação da mística da legalidade constitucional, sem a qual as nações se desconceituam, o poder se ilegítima, as autoridades se abastardam na prepotência e a insegurança, promovendo o desfibramento moral dos cidadãos, leva a inquietação, a angústia e o medo às consciências.

Compreendia a política como a ciência da liberdade. Homem do presente, cultuava o nosso passado, não tivesse nascido na histórica São João del-Rei.

Rendia permanente homenagem aos contrutores da Pátria e não escondia a sua admiração por alguns vultos do Império. Lamentava-se de nunca ter tido sossego para escrever uma biografia do Marquês do Paraná.

Mas os seus olhos não perdiam jamais a visão do futuro. Sabia que os ventos do progresso sopram do porvir, e que o verdadeiro estadista é aquele que, vivendo intensamente o seu tempo, se antecipa aos acontecimentos vin-

douros. Era um homem de fé. Por isso, acreditava firmemente na grandeza dos nossos destinos, no hemisfério ocidental e no mundo de amanhã. Era, a um tempo, um realista e um idealista.

Tinha a consciência de que neste mundo interligado que nos tocou viver "os grandes inquisidores" como dizia Camus, têm a possibilidade terrível de estabelecer para sempre o reinado da morte, e corre contra o tempo quer encontrar uma paz entre os povos que não esteja baseada na servidão, mas não perdia a esperança de unir os brasileiros para chegar a uma nova forma de convivência, convivência harmônica que fosse um modelo para outros povos.

Preocupavam-no as lutas na área social e almejou um pacto, um compromisso entre os diversos setores da sociedade que nos ajudasse a sair do caos econômico em que nos achamos, com todos os seus reflexos na vida do País.

E visualizava nesse compromisso o caminharmos juntos para o futuro, em aceitarmos uma tarefa coletiva, em criarmos uma esperança com outros, em renunciar a um governo de solidão para participar de uma missão comum com o povo.

Compreendia Tancredo Neves que não poderíamos sair do impasse em que nos encontramos sem o esforço conjunto para superar a crise, o que é, em última análise, um compromisso com a grande luta pelo progresso do homem.

E sentia que o mesmo sonho se generalizava no continente, com as nações americanas a procurarem introduzir a liberdade e a justiça na ordem política e social.

A liberdade era para ele fundamental e por ela lutou a vida inteira. Orgulhava-se em rever a história do nosso Estado e dizia que Minas tinha como sinônimo liberdade.

Mas entendia que a liberdade exige esforço constante para justificá-la e conservá-la.

Sem assumi-la como responsabilidade deixa de ser liberdade. Converte-se em vontade passageira, gesto arbitrário ou anarquia destruidora das verdadeiras forças sociais. Ressaltava, porém, que o entendimento nacional não exclui o confronto de idéias, a defesa de doutrinas políticas divergentes, a pluralidade de opiniões. Não pretendia entendimento que signifique capitulação, nem o morno encontro dos antagonismos políticos em região de imobilismo e apatia. O entendimento para ele se faz em torno de razões maiores, as da preservação da integridade e soberania nacionais.

"Dentro dessa ordem de idéias, a conciliação instituindo o entendimento, deve ser vista como convênio destinado a administrar a transição rumo à nova e duradora institucionalização do Estado" — a Nova República.

Srs. Congressistas, meus caros companheiros da Frente Liberal.

Ainda com o pensamento fixado na vida e na obra política de Tancredo Neves, permitam-me, agora, que eu me refira, nas palavras que vou proferir, a uma figura de mulher, cujo nome quero reverenciar, na certeza de que expresso, igualmente, os sentimentos de todos nesta Casa: D. Risoleta Tolentino Neves.

A história mostrará, um dia, os traços definitivos da presença desta mulher admirável na vida do seu Estado e do Brasil, como companheira do grande estadista que foi o Presidente Tancredo Neves.

E, quando este testemunho for tecido, haverá de revelar-se aos nossos olhos e à nossa admiração quanto se terá inspirado na sua dedicação, na sua solidariedade sem limite, na sua fidelidade evangélica, o líder político e chefe de Estado a quem ligou sua vida e seu destino.

Os êxitos conseguidos pelo saudoso líder não de creditar-se em forma apreciável à virtude da fiel companheira ao mesmo tempo tranqüila, atenta e solidária. Presidente e Primeira Dama completavam-se ambos na austeridade da formação, no cumprimento quase exaustivo dos deveres comuns, na demonstração de uma harmonia espiritual e afetiva de que deixaram exemplo e motivo de orgulho para todos nós, seus concidadãos.

E, nesta linha de dignidade, formou-se uma corrente de afeto envolvendo filhos, netos, irmãos e outros parentes.

Quanto a mim, nos contatos pessoais e no convívio familiar, foi-se firmando com Tancredo Neves uma amizade que o tempo se encarregava de estreitar, gerando em meu espírito a impressão indelével de alguém destinado a ser um chefe, um condutor de homens.

A liderança que exerceu sobre nós fluía amena e natural, porque jamais imposta.

Homem de seu tempo distinguia-se pela boa virtude do diálogo que fazia dele um interlocutor e um conselheiro sempre solicitado. Tinha o dom de fazer com que nos sentíssemos melhores e mais confiantes ao término de uma conversa mais demorada.

Inteligência peregrina, raciocínio atilado, arguto entendimento dos problemas brasileiros, a palavra fluente, a comunicabilidade agradável, tudo contribuía para fazer dele uma presença estimulante e para configurar-lhe a personalidade que fascinava.

Srs. Congressistas — conta-se que, durante a elaboração da primeira Constituição Republicana, assentaram os Ministros de Estado, participantes mais ou menos obscuros daquele trabalho, que, embora presentes todos eles os encontros diários com o Marechal Deodoro, para relatar-lhe a evolução dos estudos, apenas a Rui Barbosa caberia o ensejo de falar.

E que, ao manifestar-lhe estranheza diante do fato, obteve o Presidente, do grande Conselheiro, esta resposta:

"É que sou o vogal de todos eles".

Tancredo Neves mereceu o mesmo título e a mesma incumbência em inequívocas manifestações populares e, neste momento crucial da nossa história política, não só falaria, mas também agiria por todos nós, se a mão do destino não o impedisse de assumir a suprema magistratura do País.

Que outro contemporâneo nosso dissertou com mais autoridade sobre os temas fundamentais da democracia, cuja observância torna a vida dos homens mais digna e próxima das inspirações cristãs?

E quem, a tais alturas, alçou a atividade política e a própria condição humana, projetou-se em feição definitiva no respeito da posteridade e permanecerá, com segurança, entre "os raros brasileiros que serão companheiros do futuro da Pátria"?

Deixa Tancredo Neves para todos nós uma escola, uma tradição, um exemplo.

Chamado pela providência divina ao repouso a que se recusou enquanto vivo, leva para a eternidade a consciência tranquila de ter feito de sua vida uma linha reta entre o cumprimento do dever e o amor à Pátria, que nele jamais esmoreceu.

Ao povo brasileiro, hoje como ontem de joelhos, diante de sua própria dor, caberá a missão de não esquecer os princípios e inspirações do seu inolvidável Presidente, mantendo-se unido, em permanente vigilância cívica, fiel ao seu exemplo e à sua vida.

Termino, Sr. Presidente, recordando um episódio ocorrido há alguns anos, aqui neste recinto. O então Deputado Tancredo Neves, sentado nas primeiras filas do plenário, ouvia um discurso por mim pronunciado desta mesma tribuna. Ao descer, ele veio ao meu encontro e, amável, e generoso como sempre, abraçou-me pedindo que lhe reservasse uma cópia do texto e lhe revelasse a autoria dos versos que acabara de citar.

Creio que jamais voltamos a falar no assunto.

Mas, ontem, quando procurava concluir esta evocação, esmagado pela doída saudade do amigo querido, os mesmos versos vieram mais uma vez, à minha mente.

É uma mensagem de Fernando Pessoa que bem poderia ser atribuída ao estadista e ao cristão Tancredo Neves:

Claro em pensar, e claro no sentir
É claro no querer;
Indiferente ao que há em conseguir
Que seja só obter
Dúplice dono, sem me dividir
De dever e de ser

.....
Assim vivi, assim morri, a vida
Calmo sob mudos céus
Fiel à palavra dada e à idéia tida

Tudo mais é com Deus. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Chiarelli, Líder do Partido da Frente Liberal, no Senado.

O SR. CARLOS CHIARELLI (PFL — RS. Pronuncia o seguinte discurso.)

Sr. Presidente do Senado, Senador José Fragelli, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, ilustres integrantes da Mesa, Srs. Ministros de Estado, representantes do Corpo Diplomático, Srs. Parlamentares, dignos membros da família de Tancredo Neves, aqui foi sua casa, sua vida e não sua morte. Há um pouco de sua magia discreta em cada sala; das anônimas Comissões a este plenário, de dias solitários e de jornadas ruidosas. Transitou pelos tapetes na migração das Casas, que são duas numa só, sempre impulsionado pela energia insubstituível do voto, que atraía pela força gravitacional da personalidade de líder, não como figura opressora, mas no perfil paterno de conselheiro.

Trinta e oito dias depois do trauma contundente e da catarse de lágrimas e lamentações nos reencontramos na rotina insubstituível e imparável da vida. E ao refletir sobre essa quarentena vemos que, em torno de sua imagem, cada vez mais símbolo, se vão desfazendo conflitos históricos e desarrumando velhas divergências. Hoje cedem as facções e desaparecem os facciosismos, desativam-se as querelas e fica uma visão de suave matiz de composições coloridas, tênues mas definidas.

Trinta e oito dias depois um País busca reencontrar-se com seus sonhos e anseios. Convive com seu drama sentido e ressentido com o destino. Já se reintegra na rotina, crente em fazê-la passageira; reabastece-se de esperança, porque disso se alimenta, mas, conformado com o poente de uma vida humana, dela construiu o nascente de uma legenda.

Trinta e oito dias depois, repetidas as homenagens e multiplicadas as orações, sente-se o dever de vê-lo, menos na figura doada do político pertinaz, mas na do negociador hábil e do artesão de projetos minuciosos e detalhistas, construídos, ou só projetados, com a mesma criatividade pacientemente dos que, em barroco passado, seus contrários fizeram no sacrifício tormentoso, arte perene.

Trinta e oito dias depois de finda a epopéia trágica, e o drama pungente da luta instintiva por uma vida que precisava ser ainda muito vivida, começa-se a ver melhor a obra do que o autor. Diminuem os cartazes e as bandeiras. Vai esmaecendo o colorido e se reduz tanto o alarido jovial e festivo dos comícios do antes recente, como se afoga, no silêncio crescente e sentido do depois, o abafado gemido e o sussurro pesaroso.

Trinta e oito dias depois os jornais vão cedendo lugar, nas suas reportagens de manchetes contundentes pelo emotivo momentâneo, às análises de causas e efeitos; e o impacto do fato-notícia dá lugar ao verbete denso do registro enciclopédico, com vistas ao amanhã.

Trinta e oito dias depois o amanhã já chegou, sem que tenhamos tido tempo para nos despedir do ontem. A nova realidade, inextinguível e asséptica, já tem tempo de casa e norteia o truíste de cada hora, e, com ela convivendo, de quando em vez, misto de sonho e pesadelo, sobrevivemos memórias e, prosternadamente, caminhamos em busca do tempo perdido. Não vivido.

Trinta e oito dias depois, sem desalento ou desânimo, fazemos a constatação do como ia ser, da ironia hostil das teias cruéis do destino e de uma certa desconsideração dos fatos e fatos com aparentemente precioso e preciso entretecer planejado da marcha da vida, feita com esmero por nós, esquecidos ou desatentos de outros desígnios maiores e permanentes.

Trinta e oito dias depois ainda é outono, mas vai ser inverno logo, logo. Viveu-se, e quanto, e todos, ninguém talvez mais do que ele, à esperança, que virou expectativa crescente da floração primavera; de flores e cores, de alaridos ordeiros e de juvenis anseios, feitos de experiência sofrida e de inquietudes rebeldes e libertadoras; viveu-se o verão de glórias, de encontros e reencontros,

conciliando e reconciliando, que antecipava vitórias sem contestações, e acordos sem submissões.

Trinta e oito dias depois aproxima-se o inverno, não da desesperança, porque nos restou o legado do exemplo, mas da tristeza, que é dor fininha a ocultar-se na dobra recôndita de nosso íntimo exposto. O povo, que estava nas ruas, incontido e reivindicatório, voltou quase todo às fábricas, às aulas, às casas, ordeiro, paciente. Houve somas e divisões, enquanto se concretizavam anseios, já com a Nova República de que foi arquiteto, mas não pôde ser engenheiro; e sonhos se fizeram realidade, e compromissos se resgataram.

Trinta e oito dias depois o povo, que dele, Tancredo Neves, fez imagem-símbolo, está liberto de tutores e amos. A vida mudou o script, e o autor não pôde ser, como se programara e esperava desejosa a plateia, o grande ator. Mas a obra, permanente, porque da solidez do intocável e com a minúcia do cerebral, fica, para servir de livro-texto e cartilha, onde se há de aprender a grande lição da democracia sem adjetivos.

Trinta e oito dias antes, com mais lágrimas e saudades que já chegavam, ela a grande coadjuvante, de tanto tempo, de sempre, teve de assumir um passo adiante, para estimular os que fraguejavam; para dar fô com sua fê aos que descrem; para tranquilizar e acalmar os que, tangidos pela emoção incontida, não se controlavam ante o inexorável. Doce e vigorosa, delicada e robusta na sua inteireza moral e na força impositiva de sua personalidade publicamente descoberta de líder, o povo aprendeu seu nome e passou a repeti-lo com respeito e reverência. Fiel herdeira de um testamento sonhado e de angústias e desejos convívios, à Srª Drª Risoleta, nesta hora, em nome da bancada da Frente Liberal, no Senado da República, onde ele foi Líder e amigo, exemplo e companheiro, à Srª, repito, as nossas homenagens, pelo que ajudou a construir, parceira amada de Tancredo Neves, e pelo carinho com que, ao lado do nosso povo, haverá de preservar viva a sua lembrança, o seu exemplo e o seu ensinamento. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Pinto, que falará em nome do Partido Democrático Trabalhista.

O SR. ALDO PINTO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente José Fragelli, ilustre Presidente da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, Srs. Membros da Mesa Diretora do Congresso Nacional, Srs. Congressistas, Srs. Ministros, Srs. Embaixadores, Srs. Governadores, Dona Risoleta e familiares, desejo, nesta primeira oportunidade, solicitar ao ilustre Presidente da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, que coloque como prioridade na primeira votação da Casa projeto de lei que diz, textualmente, o seguinte:

"Art. 1º O cidadão Tancredo de Almeida Neves é declarado Presidente honorário da República Federativa do Brasil, incluindo seu nome na galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura."

Esse projeto do Deputado Jorge Carone, do meu Partido, recebe o apoio integral de todos os pedetistas nesta Casa.

Dá-nos o destino a incumbência de perpetuar, nos Anais do Congresso Nacional, um pouco da vida, do comportamento, da obra e do pensamento do Presidente Tancredo Neves.

Diga-se, desde logo, que a presente sessão in memoriam do grande brasileiro, nada mais constitui que o cumprimento de um dever dos legítimos representantes do povo e da própria instituição, da qual Tancredo Neves foi expoente e a que tanto dignificou.

Traumatizada a Nação com a inditosa perda do seu Líder, necessário se faz que cada brasileiro, que cada segmento da opinião nacional — tendo presente a imensidão deste País, a grandeza do seu povo, frente às suas origens e aos reveses que já enfrentou e venceu —, não se deixe tomar pelo pessimismo que frustra a amargura.

Tancredo pensou grande, livre e nacionalmente.

O povo brasileiro sente e sabe que, à luz da História no decantar dos tempos, o Presidente Tancredo Neves,

como vulto da nacionalidade - como um todo e não de uma facção -, a exemplo do lúcido José Bonifácio, do pacifista Luiz Alves de Lima e Silva, do intrépido Osório, do sábio Rui Barbosa, dos pregadores Benjamin Constant e Alberto Pasqualini, do notável Getúlio Vargas, "combateu o bom combatente", e fixou, de maneira indelével, os rumos futuros da conciliação nacional.

Tancredo Neves foi um homem simples em sua grandeza histórica. Um homem invulgar pelo que realizou em benefício da Nação.

A tragédia que assinalou o fim da vida do grande brasileiro, se frustrou as expectativas do povo, serviu, também, para reacender as esperanças de que as novas instituições políticas, inspiradas em suas lições e no seu legado político, serão duradouras e refletirão os anseios das multidões, jamais voltando a cair no abismo que ele denominou de "crepúsculo das liberdades públicas".

A personalidade de Tancredo Neves, a serenidade de sua postura política, intelectual e moral, capazes de assegurar a dignidade no exercício da função pública e captar a confiança do povo para as árduas tarefas de mudanças reclamadas pela Nação, tornaram-no guia das grandes multidões.

Homenagear Tancredo Neves é não esquecer as multidões que recentemente acorreram às ruas e praças públicas, em manifestações cívicas sem paralelo na História do País.

Homenagear Tancredo Neves é não esquecer essas multidões e seu grito uníssono pela democracia, pelas eleições diretas e pelas mudanças, pois, como diz Brecht, "é preciso não esquecer os pedreiros na noite em que ficou pronta a Muralha da China".

Nesse sentido, não pode passar despercebida a proclamação de Tancredo Neves:

"Vim para promover as mudanças, mudanças políticas, mudanças econômicas, mudanças sociais, mudanças culturais, mudanças reais, efetivas, corajosas, irreversíveis."

Basta um simples olhar para trás para constatar-mos que o Presidente, desde a sua mocidade, lutou com pertinácia e incansavelmente por idéias libertárias. Compreendeu, ainda cedo, que a liberdade, sem adjetivações, é condição essencial para a realização individual e garantia para a prosperidade das coletividades.

Por isso, afirmou:

"Não há Pátria onde falta democracia."

Como homem de rara visão, reconheceu no trabalhador insuprimível papel histórico na construção do desenvolvimento econômico e do progresso social e democrático da Nação.

Dai ter sustentado:

"Tenho uma palavra especial para os trabalhadores. É às suas mãos que muito devemos e é em suas mãos que está o futuro do nosso País."

É nosso maior dever proclamar, sempre, que o trabalho brasileiro tem uma imensurável dívida histórica com Tancredo Neves. Com insuperável grandeza, postou-se de forma inamovível ao lado de Getúlio Vargas, sustentando, até o derradeiro instante, a soberania de seu mandato popular e nacional. Noutro momento, também crucial para a vida da Nação, com o talento que lhe era peculiar, descortinou e projetou a fórmula da conciliação que conduziu à afirmação presidencial de João Goulart. Na ruptura da ordem democrática, irmanou-se às bravas lideranças que não pactuaram com a intervenção.

Como o herói enlouquecido de esperança, "Tancredo Neves enlouqueceu de esperança a Nação". Acreditar em profundas transformações na sociedade brasileira já não é mais um sonho, senão a certeza de todos.

Há que surgir quem, com profundidade, faça a história de sua marcante obra e mostre a sua dimensão para os destinos da Pátria.

Antes de concluir uma palavra final à extremosa esposa e mãe, a Sr.^a Risoleta Neves, e aos dignos familiares do Presidente Tancredo Neves. **Parê Passu!**, como toda a Nação testemunhamos o seu imenso calvário durante o longo martírio a que os desígnios da Providência subme-

teram o Presidente. Dona Risoleta, a sua dor foi e é a nossa dor. Esta Nação acompanhou de perto o grande sacrifício. Do Oiapoque ao Chuí, de Leste à Oeste, de Norte a Sul, todos estavam com a Senhora e com o grande Presidente. Em toda a sua vida e a todo instante, Tancredo teve o apoio e o endosso total de toda a Nação, Tancredo, o Presidente de todos nós.

Deixou-nos o amigo afável, o homem humilde e pertinaz, mas que, de forma perene, ficará na história como vulto de nossa NACIONALIDADE.

Esta é a homenagem dos meus colegas de Bancada, esta é a homenagem do Partido Democrático Trabalhista, que prestamos ao extraordinário, ao grande mineiro, ao grande brasileiro, ao grande homem, ao grande estadista, Tancredo de Almeida Neves. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao eminente Senador Nelson Carneiro, que falará pelas Bancadas do Partido Trabalhista Brasileiro no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Senador José Fragelli, muito digno Presidente do Congresso Nacional; Sr. Deputado Ulysses Guimarães, muito digno Presidente da Câmara dos Deputados; Sr. Ministro José Hugo Castelo Branco, representante do Sr. Presidente da República; Srs. Ministros de Estado; Sr. Governador José Aparecido; Srs. Embaixadores; Srs. Deputados; Srs. Senadores; familiares e amigos de Tancredo Neves; D.^a Risoleta Neves, a quem a Nação ficou a dever a sofrida ratificação de que, realmente, ao lado de um grande homem há uma grande mulher, beijo-lhe as mãos, em nome da classe política do Brasil. (Palmas.)

O Congresso Nacional reúne-se para prometer resgatar o compromisso da vida de Tancredo Neves. Mas esse compromisso não se esgota nesta sessão. Somente tornando realidade os ideais que se sedimentaram em seu espírito, ao traçar os rumos da Nova República, se terá cumprido sua vontade e perpetuado sua presença na vida política brasileira. É certo que, dentro e fora do universo partidário do País, todos lamentam seu desaparecimento, ainda aqueles que, por deveres de lealdade, não o acompanharam na derradeira jornada. Dos que lhe sagraram o nome no último pleito a que concorreu, nenhum Partido, entretanto, sofre mais, intensamente, com sua ausência, do que o Partido Trabalhista Brasileiro. Porque era, de todos, o único a que Tancredo se afeiçoara indissolavelmente durante toda a carreira política, embora nunca lhe houvesse integrado as fileiras. Mas o PTB fora criado pelo Presidente Getúlio Vargas, a quem Tancredo não abandonaria mesmo nos lances finais da emocionante tragédia, e levava até ao túmulo em São Borja, olhos marejados de lágrimas, o coração dilacerado pela perda do chefe e amigo. Mais tarde o PTB foi buscá-lo no ostracismo para lhe confiar a chefia do Governo no sistema parlamentar. Pouco importava ainda aí que outra sigla o abrigasse. E quando João Goulart veio em busca do repouso definitivo na terra natal, ali estava, a palavra feita libelo, vibrante e emocionado, Tancredo Neves. Na primeira quinzena de março era ele quem nos afirmava que não faltaria seu Governo ao velho PTB, convocado a preencher os espaços perdidos, convertendo-se novamente em poderoso instrumento das mais sentidas reivindicações trabalhistas.

Recolhemos sua palavra de estímulo, decididos a reconquistar para o velho Partido, sobrevivente do mais extenso e indiscriminado rol de punições revolucionárias, a imagem tão duramente construída outrora, reunir companheiros dispersos e recrutar a presença dos jovens, que sem eles os ideais não transpõem as gerações, nem se constrói obra duradoura. Anina-nos, à representação do PTB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a mesma preocupação. Uma nação não vive apenas de esperança, mas sem elas não sobrevive. A esperança é irmã do Sol. Aquece, semeia, ilumina. Mas há que aproveitar a uma e ao outro. Assim como a noite apaga a claridade da aurora, assim também morre a esperança nos estertores do desencanto e do desespero. Nesta hora de evocação, unamo-nos para que a esperança não tarde em transmutar-se em realidade. Antes que as trevas da desilusão, por culpa da ambição e do descompas-

so das correntes políticas, ponham em risco a luminosidade democrática com que sonhou até à hora final. O PTB vem ratificar publicamente seu compromisso com Tancredo Neves, o trabalhista que não necessitou preencher ficha partidária para ser um de seus mais fiéis militantes.

A Nação junta-se à família de Tancredo, com sua dedicada e heróica companheira, D.^a Risoleta, a seus filhos, netos e demais familiares, e aos amigos e colaboradores de todas as horas, na imensa dor que, nem por todos os brasileiros acompanhada, diminui ou se esvai. Nós, do PTB, éramos também da grande família de Tancredo Neves. E nossas preces se confundem a rogar a Deus para que a lição de seu sacrifício seja a semente de uma nova era, em que a liberdade não se converta em palavra vã, em que haja pão e emprego para todos e em que as agremiações políticas, sem sacrifício de identidade, se unam para o aprimoramento da ordem democrática.

A não ser assim estaremos faltando ao compromisso com a vida e o sacrifício de Tancredo Neves. E a História nos punirá sem clemência.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Dulci, que falará em nome do Partido dos Trabalhadores.

O SR. LUIS DULCI (PT — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Congressistas, Dona Risoleta Neves e demais familiares do Dr. Tancredo Neves; autoridades nacionais e estrangeiras: o Partido dos Trabalhadores atribui ao seu representante mineiro nesta Casa o privilégio de representá-lo na homenagem que o Poder Legislativo Federal presta à memória do Presidente Tancredo Neves.

E eu peço vênia para fazê-lo a nossa maneira, a maneira petista, algo rude às vezes, não raro retesada, mas generosa sempre.

Estivemos juntos com o Presidente Tancredo Neves em episódios transcendentais da vida nacional. Jamais esqueceremos — para citar apenas o maior exemplo — o companheirismo fraterno e bem humorado, a comunhão democrática da Campanha das Diretas.

Mas, seja-nos permitido dizê-lo, foi sobretudo nas ocasiões em que divergíamos do falecido Presidente que mais aprendemos a admirá-lo. Ao divergir de Tancredo Neves é que percebíamos a sua exata dimensão de homem público.

Porque divergir do Dr. Tancredo não era divergir de idéias, circunstâncias ou de opiniões efêmeras. Não! Era divergir de um projeto político global para o País. Um projeto ancorado em sagaz e peculiar leitura da história política. Vitalizado pelos valores filosóficos e morais do humanismo clássico. E, sobretudo, construído energeticamente ao longo de 50 anos de dedicada vida pública.

Divergir do Dr. Tancredo — não da lisura de suas motivações, inequivocamente superiores sempre — mas de aspectos de seu projeto político-administrativo, foi sempre uma experiência pedagógica exemplar. Fazê-lo demandava rigor intelectual, exame obstinado dos dados de realidade, escrutínio severo de cada conjuntura política e dos meios disponíveis para perseguir, em circunstâncias concretas, os objetivos mais justos.

Mas há um aspecto para nós ainda mais importante do que esse e que diz respeito também à posição do Dr. Tancredo Neves sobre aqueles que, eventualmente, dele divergiam. O Dr. Tancredo Neves sempre respeitou profundamente a divergência doutrinária autêntica, isenta de fisiologismos. O Dr. Tancredo Neves respeitava projetos ideológicos distintos do seu, desde que igualmente voltados para o bem da Pátria. O Dr. Tancredo Neves agia em relação a projetos ideológicos, que no todo ou em parte contrariavam o seu, como Montaigne prescreveu. E uma das mais expressivas figuras da política mineira, Milton Campos, gostava de recordar que a democracia é, antes de mais nada, o exercício da tolerância.

O Partido dos Trabalhadores, nesta homenagem à memória do falecido Presidente Tancredo Neves, quer manifestar que sempre merecemos do Presidente a maior tolerância democrática, o maior respeito pelas nossas ideias; mais do que respeito, interesse por elas. E, por isso, embora saindo um pouco da tônica do discurso tradicional de homenagem, queremos homenageá-lo, sobretudo por isso, pelo respeito que manifestava por aqueles que eventualmente discordavam das suas ideias. Sentimo-nos honrados por ter participado, junto com Dr. Tancredo Neves, de lutas memoráveis e de termos, igualmente, em algumas oportunidades, divergido dele e merecido de S. Ex.^a o maior respeito pela nossa divergência ideológica, doutrinária e autêntica. Que fique também essa lição, além das qualidades morais, políticas e da visão histórica do Dr. Tancredo: de que a democracia não só admite, como também supõe e exige divergências e projetos ideológicos contraditórios e que o supremo juiz será sempre o povo. Muito obrigado. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Reis, que falará na qualidade de autor do requerimento de homenagem apresentado na Câmara.

O SR. MILTON REIS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Ulysses Guimarães, Sr.

Ministro-Chefe da Casa Civil, Dr. José Hugo Castelo Branco, representante de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, Srs. Ministros de Estado, Srs. Embaixadores e representantes das nações estrangeiras, Srs. Oficiais — Generais, Srs. Governadores, Senadores e Deputados:

Creio que os discursos aqui proferidos esgotaram a análise da vida de Tancredo Neves. Cabe-me, apenas, situá-lo como o vejo: um homem simples. E dessa cativante virtude decorrem, a meu ver, as grandezas de sua personalidade, aqui justamente exaltadas.

Porque foi simples, como o povo, foi por ele compreendido e querido. Na verdade, havia uma correspondência de entendimento entre Tancredo e a sua gente, de todas as categorias e de todas as latitudes deste imenso País.

Homem que sabia ouvir, tinha o que falar. E sua linguagem, sem perda da admirável elegância da frase, revestia o pensamento de diáfana transparência, tornando-o assimilável mesmo pelos mais simples.

Não era, porém, só pela palavra que se fazia entender. Tinha a faculdade rara de captar e assimilar as angústias, as esperanças e o querer da sociedade, nos seus vários segmentos. Tinha a compreensão do fenômeno social, mercê de sua fina sensibilidade política. Mas senso e pensamento político são, apenas, uma dimensão da política, como lembra Gasset. A outra é a atuação. E a biografia de Tancredo Neves mostra a riqueza e a exuberância do

lutador, que se mostrava maior nos momentos mais difíceis e procelosos.

Fez sua a crença de outro grande lutador: "A política é o destino". E, aliando a convicção ao seu senso de responsabilidade, desafiou o destino até a temeridade. Daí que o estadista se transformou em mártir. Não é, pois, de admirar que o seu sacrifício e desaparecimento tivessem traumatizado a alma nacional.

Em meu nome pessoal e traduzindo o pensamento da Mesa do Congresso, uno-me às homenagens que são prestadas a essa extraordinária figura da nossa política, que passou à História.

Cumpre-me ressaltar o exemplo de fortaleza, dignidade e resignação dado pela Senhora Risoleta Neves, cuja presença neste recinto a todos sensibiliza.

Saúdo os filhos, netos, irmãos e demais parentes de Tancredo Neves.

E agradeço a presença dos Srs. Ministros de Estado, dos Srs. Embaixadores estrangeiros, dos Srs. Oficiais-Generais, dos Srs. Governadores e de todas as altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, que emprestaram maior relevo a esta homenagem do Congresso Nacional ao Presidente Tancredo Neves. (Palmas.)

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 7.170, de 14-12-83

- Texto da Lei com minucioso índice temático
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)
- Notas
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83

Edição — 1984

Preço = Cr\$ 10.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

CEP: 70160

CÓDIGO DE MENORES

(2ª edição - 1984)

Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações.

532 páginas — Cr\$ 20.000

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.

Atende-se também pelo reembolso postal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Número Comemorativo do 20º Aniversário do Periódico

Está circulando o nº 81 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número contém 420 páginas e circula com um *Suplemento Especial* — “Integração na América Latina” (696 páginas) — e o *Índice da Revista de Informação Legislativa* (nºs 1 a 80).

Sumário do nº 81:

O Poder Legislativo moderno no Estado: declínio ou valorização?
— *Senador Fernando Henrique Cardoso*
A Lei nº 6.515: crítica e autocritica — *Senador Nelson Carneiro*
O pesquisador e o professor pesquisador no magistério superior —
Senador Aderbal Jurema
A evolução política dos Parlamentos e a maturidade democrática
— O exemplo modelar do Parlamento Inglês — *Almir de Andrade*
História dos Parlamentos: um esboço — *Luiz Navarro de Britto*
O poder constituinte e sua pragmática — *Paulino Jacques*
Constituição, constituinte, reformas — *Clóvis Ramalhe*
Técnica constitucional e nova Constituição — *Josaphat Marinho*
A limitação do poder constituinte — *Fernando Whitaker da Cunha*
Uma Constituição brasileira para o Brasil — *Paulo de Figueiredo*
O direito constitucional e o momento político — *Paulo Bonavides*
Valor e papel do Congresso — *José Carlos Brandi Aleixo*
Imunidades Parlamentares — *Rosah Russomano*
Teoria geral dos atos parlamentares — *José Alfredo de Oliveira Baracho*
O “discurso intervencionista” nas Constituições brasileiras —
Washington Peluso Albino de Souza
O “lobby” nordestino: novos padrões de atuação política no Congresso brasileiro — *Antônio Carlos Pojo do Rego*
O Congresso e o ápice da crise constitucional-tributária — *Ruy Barbosa Nogueira*

Reforma tributária (Emenda Constitucional nº 23, de 1º de dezembro de 1983) — *Geraldo Ataliba, Aires Fernandino Barreto e Cléber Giardino*

A sentença normativa e o ordenamento jurídico (perspectiva político-constitucional) — *Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena*
Sumário do Suplemento Especial — “Integração na América Latina”:

Introdução geral — Modelos de integração regional na Europa e na América Latina e papel das integrações regionais — *Fausto Pocar*

Integração na América Latina — *José Carlos Brandi Aleixo*

Da ALALC à ALADI — *Andrea Comba*

Da ALALC à ALADI — *Luiz Dilermando de Castello Cruz*

O Sistema Econômico Latino-Americano — SELA — *Humberto Braga*

O Grupo Sub-Regional Andino — *Massimo Panebianco*

Mercado Comum Centro-Americano — *José Carlos Brandi Aleixo*

Comunidade do Caribe — CARICOM — *Humberto Braga*

O Tratado da Bacia do Prata — *Anna Maria Villela*

Tratado de Cooperação Amazônica — *Rubens Ricupero*

Modelos de integração na América Latina: a ALADI e o SELA — *Massimo Panebianco*

As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional (com especial atenção aos Estados latino-americanos) — *Antônio Augusto Cançado Trindade*

Textos Básicos

Preço do exemplar (com o Suplemento e o Índice): Cr\$ 5.000,00

Assinatura para 1985 (nºs 85 a 88): Cr\$ 48.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP 70.160.

Encomenda mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal. Atende-se também pelo reembolso postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(4ª edição — 1982)

Leis e Instruções que regulam as eleições de 1982

Textos atualizados, consolidados, anotados e indexados:

- Código Eleitoral
- Lei Orgânica dos Partidos Políticos
- Lei das Inelegibilidades
- Lei de Transporte e Alimentação
- Lei das Sublegendas

Legislação alteradora e correlata.

Instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

(com Suplemento de atualização — 1984)

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
— Senado Federal (22º andar do Anexo I) —
Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal
ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).
Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Preço: Cr\$ 5.000,00

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00